

**As complexas relações entre o Sudão e o Sudão do Sul:
petróleo e fronteiras enquanto questões fraturantes**

Vânia Cristina Marques Da Silva

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política
e Relações Internacionais**

Área de especialização em Relações Internacionais

(Versão corrigida e melhorada após defesa pública)

Setembro de 2015

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, área de especialização em Relações Internacionais, realizado sob a orientação científica do Professor Doutor Manuel Filipe Canaveira.

Para a minha família.

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer ao Professor Doutor Manuel Filipe Canaveira por ter feito parte de todo o meu percurso académico como docente, tanto na Licenciatura como no Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais na área de especialização em Relações Internacionais. Agradeço por ter aceite o meu pedido para orientar o presente relatório de estágio e por todo o apoio prestado durante a sua realização.

Agradeço ao Dr. Miguel Silvestre, chefe de Divisão da Direção de Serviços da África Subsariana do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pela oportunidade de estagiar numa instituição cujo prestígio é inestimável e por todo o acompanhamento ao longo dos seis meses de estágio que corresponderam a um período muito relevante em termos profissionais e pessoais.

Aos Secretários de Embaixada com quem trabalhei e que diariamente me delegaram tarefas e funções que me permitiram compreender um pouco melhor o meio diplomático.

À Inês de Sousa Cardoso, à Dona Anjo e à Liliana Budchina por todo o apoio e amizade durante os seis meses passados no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A todo o corpo docente do curso de Ciência Política e Relações Internacionais e à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa pela excelência do ensino nestes cinco anos passados na instituição.

Aos meus pais e irmãos pelos sacrifícios e por todo o apoio dado à concretização dos meus objetivos académicos.

Ao Diogo pela paciência, companheirismo e apoio incondicional...

RESUMO

AS COMPLEXAS RELAÇÕES ENTRE O SUDÃO E O SUDÃO DO SUL: PETRÓLEO E FRONTEIRAS ENQUANTO QUESTÕES FRATURANTES RELATÓRIO DE ESTÁGIO

VÂNIA CRISTINA MARQUES DA SILVA

PALAVRAS-CHAVE: SAS, MNE, Sudão, Sudão do Sul, Petróleo, Fronteiras.

O presente relatório de estágio tem por objetivo apresentar o trabalho desenvolvido na Direção de Serviços da África Subsariana do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, entre outubro de 2014 e abril de 2015, no âmbito do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais.

Dividido em três capítulos, primeiramente enquadra-se a instituição onde decorreu o estágio, efetuando uma contextualização histórica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, distinguindo as suas missões e atribuições e clarificando a sua estrutura orgânica para que se possa definir onde se encontra a Direção de Serviços da África Subsariana da Direção-Geral de Política Externa (DGPE/SAS), direção onde se realizaram o conjunto de atividades inerentes ao estágio.

Num segundo momento descrevemos sinteticamente o conjunto de tarefas e funções realizadas neste período, realçando o seu relevante carácter para a formação académica e profissional. Assim, refletimos acerca do funcionamento da SAS e como possui uma panóplia de mecanismos que se integram e cumprem os requisitos propostos pelo curso de Mestrado em questão. Neste sentido, encontram-se os argumentos que justificam a obtenção do tema que dá título ao presente relatório, estando o mesmo diretamente relacionado com a DGPE/SAS e com a área científica das Relações Internacionais.

Por fim, o tema “As complexas relações entre o Sudão e o Sudão do Sul: petróleo e fronteiras enquanto questões fraturantes”, que ocupa a maior parte deste relatório, é iniciado através de uma síntese histórica que se principia em finais do século XIX para demonstrar as bases que estiveram na origem da divisão da República do Sudão em dois Estados independentes, Sudão e Sudão do Sul. Através da análise das questões petrolíferas e fronteiriças procuramos compreender duas questões fraturantes que se perpetuam em dois países cujos contextos atuais ainda são vincadamente marcados por conflitos bilaterais, dificuldades económicas e atraso social. As regiões fronteiriças, como Abyei, o Cordofão do Sul e o Nilo Azul, continuam a representar as razões primordiais da disputa pelo território e pela sua riqueza em hidrocarbonetos. O relatório é concluindo com uma caracterização da situação atual do Sudão e do Sudão do Sul, tema acompanhado e desenvolvido ao longo do estágio.

ABSTRACT

THE COMPLEX RELATIONS BETWEEN SUDAN AND SOUTH SUDAN:

OIL AND BOUNDARIES AS FRACTURING ISSUES

INTERNSHIP REPORT

VÂNIA CRISTINA MARQUES DA SILVA

KEYWORDS: SAS (Sub-Saharan Africa Department), MNE (Ministry of Foreign Affairs), Sudan, South Sudan, Oil, Boundaries.

This internship report aims to present the work developed at the Sub-Saharan Africa Department of the Ministry of Foreign Affairs of Portugal, between October 2014 and April 2015, to obtain the master's degree in Political Sciences and International Relations.

Divided into three chapters, the first one relates to the contextualization of the institution where the internship took place, making a historical overview of the Ministry of Foreign Affairs, distinguishing their missions and responsibilities and clarifying its organizational structure making it possible to define where the Sub-Saharan Africa Department of the Directorate-General for External Policy (DGPE/SAS) is located, department where were performed the set of activities inherent to the internship.

Secondly we describe briefly the set of tasks and functions performed in this period, highlighting its relevant nature for academic and professional training. Thus, we reflect on the operation of SAS and as it has a range of mechanisms that integrate and meet the requirements proposed by the Master course in question. In this sense, the arguments are to justify getting the theme that gives title to this report, the same being directly related to the DGPE / SAS and the scientific field of International Relations.

Finally, the theme "The complex relationships between Sudan and South Sudan: oil and boundaries as fracturing issues", which takes up most of this report, is initiated through a historical overview that begins in the late nineteenth century to demonstrate the foundations that led to the division of the Republic of Sudan in two independent states, Sudan and South Sudan. Through the analysis of oil and boundaries issues we try to understand how this two fracturing questions remain in two countries whose current contexts are sharply marked by bilateral conflicts, economic difficulties and social backwardness. Border regions, as Abyei, South Kordofan and the Blue Nile, continue to represent the primary reason for the struggle for territory and for its richness in hydrocarbons. The report concludes with a characterization of the current situation in Sudan and South Sudan, theme accompanied and developed over the internship.

LISTA DE ABREVIATURAS

- AUHIP – *African Union High-level Implementation Panel*
- CPA – *Comprehensive Peace Agreement*
- CPRI – Ciência Política e Relações Internacionais
- CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- DGPE – Direção-Geral de Política Externa
- IGAD – Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
- JBVMM – *Joint Border Verification and Monitoring Mechanism*
- MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
- MVM – *Monitoring and Verification Mechanism for South Sudan*
- NCP – *National Congress Party*
- NSTBC – *North-South Technical Border Commission*
- NUP – *National UMMA Party*
- OCHA – *United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*
- ONU – Organização das Nações Unidas
- SAS – Direção de Serviços da África Subsariana
- SDBZ – *Safe Demilitarized Border Zone*
- SPLA – *Sudan People's Liberation Army*
- SPLM – *Sudan People's Liberation Movement (SPLM)*
- SPLM/A – *Sudan People's Liberation Movement/Sudan People's Liberation Army*
- SPLM-N – *Sudan People's Liberation Movement North*
- TGoNU – *Transitional Government of National Unity*
- UA – União Africana
- UE – União Europeia
- UNAMID – *African Union-United Nations Mission in Darfur*

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I – Instituição de acolhimento	3
1.1. Breve contextualização histórica do Ministério dos Negócios Estrangeiros	3
1.2. Enquadramento Institucional	5
1.3. Missão e Atribuições	6
1.4. Estrutura Orgânica	7
Capítulo II – Estágio Curricular	11
2.1. A Direção de Serviços da África Subsariana da Direção-Geral de Política Externa (DGPE/SAS).....	11
2.2. Atividades desenvolvidas durante o Estágio Curricular.	13
2.3. Experiência académica e profissional adquirida	14
2.4. Breve reflexão sobre o funcionamento da SAS e relevância do estágio para cumprimento dos objetivos do Mestrado em CPRI.	15
2.5. Escolha de tema.....	16
Capítulo III – As complexas relações entre o Sudão e o Sudão do Sul: petróleo e fronteiras enquanto questões fraturantes	18
3.1. Síntese histórica do Sudão: um passado intrinsecamente separado.....	18
3.1.1. Entre Otomanos, Egípcios e Britânicos (1870-1899)	18
3.1.2. Sudão Anglo-Egípcio (1899-1956): herança colonial	20
3.1.3. Da independência à cisão (1956-2011): desunião e guerras civis	22
3.1.4. Os Acordos do pós-secessão (2012).....	28
3.2. Questões bilaterais pendentes entre as duas nações	31
3.2.1. Dois países, uma fonte de recursos: a disputa pelo petróleo.....	31
3.2.2. Conflitos fronteiriços:obstáculos à definição de novas fronteiras	36
3.3. Situação interna atual do Sudão e Sudão do Sul	40
3.3.1. República do Sudão.....	40

3.3.2. República do Sudão do Sul	44
Conclusão.....	49
Referências Bibliográficas	51
Webgrafia	54
Lista de Anexos.....	59
Anexos	60

INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende dar a conhecer o trabalho realizado no âmbito do estágio curricular na Direção de Serviços da África Subsariana da Direção-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no período decorrido entre 6 de outubro de 2014 e 9 de abril de 2015. Com uma duração total de seis meses (950 horas), o estágio correspondeu à componente não letiva do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na área de especialização em Relações Internacionais.

Sumariamente este relatório será dividido em três grandes componentes, a contextualização e descrição da instituição onde decorreu o estágio, a análise e enumeração de todos os assuntos relativos ao estágio propriamente dito e, finalmente, o estudo das relações entre o Sudão e o Sudão do Sul, tema que dá título ao presente relatório e que surgiu no decorrer de atividades realizadas.

No primeiro capítulo procuraremos descrever o Ministério dos Negócios Estrangeiros, compreendendo a sua contextualização histórica, a sua orgânica e estrutura interna a fim de chegarmos à Direção-Geral de Política Externa (DGPE) e às suas respetivas direções.

Ao longo do segundo capítulo proceder-se-á à exposição das competências que regem o funcionamento da Direção de Serviços da África Subsariana (SAS). O capítulo focar-se-á, também, na descrição de algumas das atividades efetuadas durante os seis meses de estágio, com o intuito de explicarmos de que forma o mesmo representou um importante passo para a formação académica e laboral, procurando cumprir os objetivos propostos para obtenção do grau de Mestre.

O último capítulo, correspondente à análise do tema “*As complexas relações entre o Sudão e o Sudão do Sul: petróleo e fronteiras enquanto questões fraturantes*”, surge em substituição do tema inicial proposto, “*Parceria estratégica U.E.-África: o papel do «velho continente» na promoção de princípios democráticos no continente africano*”, uma vez que as tarefas e atividades realizadas incentivaram a definição de um novo objeto de estudo.

Este capítulo será desenvolvido através da correlação entre bibliografia temática e informações recolhidas em notícias de imprensa nacional e internacional, bem como em relatórios de organizações internacionais. Partindo da narração da história que têm em

comum, procuraremos demonstrar a existência de um passado intrinsecamente separado que envolve o Sudão e o Sudão do Sul, justificando, em certa medida, a permanência de questões pendentes que marcam o presente das relações entre os dois países a nível político, económico e social. Como tópicos de análise definimos as principais questões estruturantes pelas quais se digladiam ambas as nações e que se constituem temas centrais de discussão – as fronteiras e o petróleo.

CAPÍTULO I

INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

1.1. Breve contextualização histórica do Ministério dos Negócios Estrangeiros

A Restauração da independência nacional, em dezembro de 1640, potenciou a afirmação e desenvolvimento institucional português com a criação, por exemplo, da primeira Secretaria de Estado vocacionada para os assuntos de Estado (1641) no reinado de D. João IV, concentrando em si todas as áreas de governação. Fruto do crescimento das práticas burocráticas, excesso de competências e necessidade de distinguir a natureza dos vários negócios e facilitar a expedição dos diferentes ofícios, seria criada a secretaria «das Mercês e Expediente», a 29 de novembro de 1643. Aqui poderíamos incluir o espaço da administração régia que consagrava todos os assuntos exteriores do país. O gérmen das tripartidas secretarias de Estado surgiria, no final do século XVIII, no reinado de D. Pedro II, com a criação da Secretaria da «Assinatura».¹

Sob a égide do *Magnânimo*, D. João V, a reorganização da Administração Pública conduziu à refundação das três Secretarias de Estado, através do alvará de 28 de julho de 1736, substituindo as Secretarias da *Assinatura*, *Mercês* e de *Estado*, criando a dos *Negócios Interiores do Reino*, a da *Marinha e Domínios Ultramarinos* e, por fim, dos *Negócios Estrangeiros e Guerra*. Até aqui, a influência do Conselho de Guerra era fundamental neste tipo de assuntos, mas com a centralização do poder, a sua importância e raio de intervenção foram substancialmente reduzidos.² Marco António de Azevedo Coutinho seria até 1750, altura em que sobe ao poder Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) com o novo rei D. José I, o primeiro secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. O Marquês de Pombal ficaria no cargo até 1756.³

Genericamente, até ao final do absolutismo régio, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra foi responsável pelo sector que conduzia todos os assuntos relativos às relações externas nacionais e do exército português. Excetuando nos

¹ KOROBTCHEKO, Júlia, *A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra: A instituição, os instrumentos e os homens (1736-1756)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna, FLUL, Lisboa, 2011, pp. 22-26.

² HESPANHA, António Manuel (coord.), *História de Portugal*, vol. 4, *O Antigo Regime*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998, pp. 159-160.

³ A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. [Consultado em <http://www.arqnet.pt/exercito/secretaria.html> a 5 de agosto de 2015.]

curtos meses entre janeiro e julho de 1801 e na regência britânica, em que observou uma breve divisão desta secretaria, foi este o caminho que definiu a administração dos assuntos externos portugueses entre os séculos XVII e XVIII.

A Revolução Liberal de 1820 e o regresso do rei D. João VI, em 1822, reformularam todas as secretarias com a Carta de Lei de 12 de junho, dividindo a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em duas, ficando cada uma com as competências respetivas.⁴ Com o decreto de junho de 1829, que estabeleceu a regência de D. Maria II, permitiu-se a nomeação de um «ministro» ou secretário de Estado de cada repartição, sendo Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque o primeiro secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, entre 1830 e 1831, em plena guerra civil que opôs miguelistas e liberais.

Apesar das ligeiras alterações legislativas no cargo de secretário de Estado ou «ministro» dos Negócios Estrangeiros, a verdade é que o longo processo que caracteriza este ministério é marcado por uma centralização de funções e colocação, em número cada vez maior, de embaixadores ou representantes nacionais nos países com quem Portugal estabelecia contato direto e constante, nomeadamente Inglaterra, Brasil ou França. A Primeira República institucionalizou o termo «ministério», através do Decreto de 8 de outubro de 1910. Esta denominação foi ganhando força a partir do último terço da Monarquia Constitucional, tendo como exceção o período relativo à ditadura Sidonista (1917-1918), onde regressaram os Secretários de Estado.⁵ Desde a sua criação, a evolução do cargo em questão sofreu várias alterações entre secretário de Estado, ministro, e ministro dos Negócios Estrangeiros «e das Comunidades Portuguesas». Hoje o cargo é denominado Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e, no presente XIX Governo Constitucional, é ocupado por Rui Machete.

Após o final da Grande Guerra e da I República Portuguesa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros foi adquirindo a fisionomia que hoje conhecemos, melhorando todos os seus serviços, estruturando o sistema diplomático português e aumentando consideravelmente o número de funcionários internos e a presença de representantes nacionais no exterior. Genericamente, durante o Estado Novo (1933-1974), a política

⁴ História do Ministério dos Negócios Estrangeiros. [Consultado em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/quero-aprender/mne-historia.aspx> a 6 de agosto de 2015.]

⁵ Cf. ROLLO, M^a Fernanda; ROSAS, Fernando (org.), *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta-da-China, 2010.

externa portuguesa e a ação do Ministério dos Negócios Estrangeiros foram marcadas por uma intervenção direta do Dr. António de Oliveira Salazar em momentos como a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) ou a II Guerra Mundial. Simultaneamente destacaram-se figuras no cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros como Marcelo Caetano ou Franco Nogueira, tendo desempenhado funções durante o isolamento internacional provocado pela Guerra Colonial (1961-1974).⁶ No pós-25 de Abril de 1974, o Ministério dos Negócios Estrangeiros concebeu um conjunto de planos relacionados com a promoção da descolonização, da imposição de uma democracia pluralista, de uma nova relação de Portugal no mundo e a entrada e afirmação no contexto da CEE/UE.⁷

Fisicamente, o atual espaço onde se encontra o ministério, o Palácio das Necessidades, foi uma das residências oficiais dos monarcas até à Revolução do 5 de outubro de 1910. Entre os anos 20 e a década de 1950 (já sob a liderança do Dr. António de Oliveira Salazar no Estado Novo) foi ali, pela primeira vez, instalado um ministério para todos os temas da diplomacia portuguesa através de diversas obras de reestruturação.⁸

1.2. Enquadramento Institucional

O XIX Governo Constitucional português promoveu desde a sua tomada de posse a 21 de junho de 2011, um conjunto de importantes reformas na Administração Central Pública cujo impacto influenciou diretamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros. O Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), previsto no contexto da *Tróica*⁹ e colocado em prática através do Decreto-Lei nº 121/2011 de 29 de dezembro, procurou racionalizar e aumentar a eficiência dos serviços públicos portugueses com o intuito de reduzir a dívida pública do país.¹⁰ Será com base nesta última revisão programática que procederemos à distinção da estrutura interna e orgânica do ministério em questão.

⁶ Cf. ROSAS, Fernando (org.), *História de Portugal*, vol. 7, *O Estado Novo (1926-1974)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998.

⁷ TELO, António, *História Contemporânea de Portugal*, vol. II, *Do 25 de Abril à actualidade*, Editorial Presença, Lisboa, 2008, p. 147.

⁸ Cf. CÔRTE-REAL, Manuel H., *O Palácio das Necessidades*, Chaves Ferreira-Publicações, Lisboa, 2000.

⁹ *Tróica* é a designação atribuída à equipa composta pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, constituída por consultores, analistas e economistas responsáveis pela negociação com os países que solicitam um pedido de resgate financeiro, de forma a consolidar as suas contas públicas.

¹⁰ Decreto-Lei nº 121/2011 in *Diário da República*, 1.ª série, nº 249 de 29 de dezembro de 2011, pp. 5467-469.

1.3. Missão e Atribuições

O Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) tem como missão fundamental *“formular, coordenar e executar a política externa de Portugal”*, constituindo-se como um dos mais importantes departamentos governamentais portugueses. Segundo o artigo 2.º do Decreto-Lei nº 121/2011 os meios de consecução dos seus propósitos baseiam-se nos seguintes pontos:

- “a) Preparar e executar a política externa portuguesa, bem como coordenar as intervenções, em matéria de relações internacionais, de outros departamentos, serviços e organismos da Administração Pública;*
- b) Defender e promover os interesses portugueses no estrangeiro;*
- c) Conduzir e coordenar a participação portuguesa no processo de construção europeia;*
- d) Conduzir e coordenar a participação portuguesa no sistema transatlântico de segurança colectiva;*
- e) Assegurar a protecção dos cidadãos portugueses no estrangeiro, bem como apoiar e valorizar as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo;*
- f) Defender e promover a língua e cultura portuguesas no estrangeiro;*
- g) Promover a lusofonia em todos os seus aspectos e valorizar e reforçar a Comunidade dos Países de Língua portuguesa;*
- h) Definir e executar a política de cooperação para o desenvolvimento, especialmente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste;*
- i) Coordenar, acompanhar a execução e avaliar a acção desempenhada em matéria de cooperação por outros ministérios, departamentos, serviços e organismos da Administração Pública;*
- j) Conduzir as negociações internacionais e os processos de vinculação internacional do Estado Português, sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades públicas;*
- l) Representar o Estado Português junto de sujeitos de Direito Internacional Público ou de outros entes envolvidos na área das relações internacionais;*

*m) Exercer as atribuições que lhe sejam cometidas relativamente à condução da diplomacia económica.”*¹¹

Simultaneamente e, em articulação com outros ministérios, o MNE procura promover a cultura portuguesa no estrangeiro, incrementar a influência da diplomacia económica, difundir o ensino do português fora de Portugal e definir o papel político-militar das Forças Armadas e das forças de segurança portuguesas em missões de segurança internacionais.¹²

1.4. Estrutura Orgânica

O MNE possui uma complexa estrutura interna que funciona de forma interligada, dividindo-se entre serviços relacionados com a administração direta e indireta do Estado, o órgão consultivo a cargo do Conselho das Comunidades Portuguesas e a Comissão Nacional da UNESCO (ver Anexo 1).

Os serviços da **administração direta do Estado** são compostos por 5 repartições que se subdividem e possuem os seguintes propósitos:

- a) **Secretaria-Geral** integra na dependência direta do secretário-geral o Protocolo de Estado, o Departamento Geral de Administração, o Departamento de Assuntos Jurídicos e o Instituto Diplomático. Tem como missões o *“assegurar das funções de apoio técnico e administrativo aos órgãos, serviços e gabinetes dos membros do Governo integrados no MNE, nos domínios da gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, do protocolo do Estado, do apoio jurídico e contencioso, das tecnologias de informação e comunicação, da formação do pessoal, da diplomacia pública e da informação e ainda acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do ministério, podendo preparar e executar actividades administrativas dos demais serviços do MNE.”*¹³;

¹¹ Decreto-Lei nº 121/2011 in *Diário da República*, 1.ª Série, nº 249 de 29 de dezembro de 2011, Capítulo I, Artigo 2.º, Ponto 1, pp. 5467-5468.

¹² Decreto-Lei nº 121/2011 in *Diário da República*, 1.ª série, nº 249 de 29 de dezembro de 2011, Capítulo I, Artigo 2.º, Ponto 2, p. 5468.

¹³ Decreto-Lei nº 121/2011 in *Diário da República*, 1.ª série, nº 249 de 29 de dezembro de 2011, Capítulo III, Secção I, Artigo 8.º, p. 5468.

- b) **Direção-Geral de Política Externa** (DGPE) articula e trabalha em parceria com o Conselho Coordenador Político Diplomático, com a Comissão Interministerial de Política Externa, com a Autoridade Nacional para a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas e com a Autoridade Nacional para os efeitos do Tratado de Proibição Total de Ensaio Nucleares. Os seus objetivos passam por “*assegurar a coordenação e decisão dos assuntos de natureza político-diplomática e económica, incluindo a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), bem como dos assuntos no domínio da segurança e defesa, e executar a política externa portuguesa no plano das relações bilaterais e multilaterais.*”¹⁴ No interior da DGPE estão integradas a **APE** (Direção de Serviços para os Assuntos Políticos Europeus); **DSD** (Direção de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa); **SPM** (Direção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais); **SEM** (Direção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais); **SAS** (Direção de Serviços da África Subsariana); **MOM** (Direção de Serviços do Médio Oriente e Magrebe); **DSA** (Direção de Serviços das Américas); **SAO** (Direção de Serviços da Ásia e Oceânia)¹⁵;
- c) **Inspecção-Geral Diplomática e Consular** procura “*verificar o cumprimento das normas reguladoras do funcionamento dos serviços internos e dos serviços periféricos externos do MNE, bem como assegurar a acção disciplinar e a auditoria de gestão, diplomática e consular*”¹⁶;
- d) **Direção-Geral dos Assuntos Europeus** funciona em cooperação com a Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus, com a Comissão Interministerial de Limites e Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas e com a Comissão Luso-Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça. Fundamentalmente orienta “*a acção portuguesa nas instituições próprias da União Europeia, as relações bilaterais com os respectivos Estados-Membros e outros admitidos como candidatos, bem como acompanhar e coordenar a*

¹⁴ Decreto-Lei nº 121/2011 in *Diário da República*, 1.ª série, nº 249 de 29 de dezembro de 2011, Capítulo III, Secção I, Artigo 9.º, p. 5469.

¹⁵ Direção-Geral de Política Externa. [Consultado em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/estrutura-organica/dgpe.aspx> a 26 de Julho de 2015.]

¹⁶ Decreto-Lei nº 121/2011 in *Diário da República*, 1.ª série, nº 249 de 29 de dezembro de 2011, Capítulo III, Secção I, Artigo 10.º, p. 5469-5470.

definição das posições nacionais sobre políticas da União Europeia, em conjunto com todos os ministérios sectoriais competentes e com os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira”¹⁷.

- e) **Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas** articula o seu funcionamento através da Comissão Interministerial para as Comunidades Portuguesas e da Comissão Organizadora do Recenseamento Eleitoral dos Portugueses no Estrangeiro, procurando “*assegurar a efectividade e a continuidade da acção do MNE nos domínios da actividade consular desenvolvida nos serviços periféricos externos e da realização da protecção consular, bem como na coordenação e execução da política de apoio à emigração e às comunidades portuguesas no estrangeiro*”¹⁸.
- f) As **Embaixadas**, as **Missões** e **Representações Permanentes** e **Missões Temporárias** e os **Postos Consulares** compõem os serviços periféricos externos essenciais à diplomacia portuguesa. Em parceria com os serviços periféricos, na dependência dos chefes de missão diplomática, funcionam as delegações da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP, E.P.E.), os centros culturais e as equipas de turismo de Portugal presentes no estrangeiro.¹⁹

Por sua vez, os serviços da **administração indireta do Estado** são constituídos pelo:

- a) **Fundo para as Relações Internacionais, I.P.:** a sua função passa por “*apoiar acções especiais de política externa, projectos de formação no âmbito da política de relações internacionais, a modernização dos serviços externos do MNE, acções de natureza social de apoio a agentes das relações internacionais e actividades destinadas às comunidades portuguesas*”.²⁰
- b) **Camões - Instituto da Cooperação e da Língua I.P.:** cuja missão principal é “*propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as actividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política e ainda propor e executar a política de*

¹⁷ Decreto-Lei nº 121/2011 in *Diário da República*, 1.ª série, nº 249 de 29 de dezembro de 2011, Capítulo III, Secção I, Artigo 11.º, p. 5470.

¹⁸ Decreto-Lei nº 121/2011 in *Diário da República*, 1.ª série, nº 249 de 29 de dezembro de 2011, Capítulo III, Secção I, Artigo 12.º, p. 5470.

¹⁹ Decreto-Lei nº 121/2011 in *Diário da República*, 1.ª série, nº 249 de 29 de dezembro de 2011, Capítulo III, Secção I, Artigo 13.º, p. 5471.

²⁰ Decreto-Lei nº 121/2011 in *Diário da República*, 1.ª série, nº 249 de 29 de dezembro de 2011, Capítulo III, Secção II, Artigo 14.º, p. 5471.

ensino e divulgação da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro, assegura a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede do ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário". Junto deste Instituto funciona ainda a Comissão Interministerial para a Cooperação, que desempenha funções de *"coordenação, acompanhamento da execução e avaliação das acções de cooperação desenvolvidas por outros ministérios, departamentos, serviços e organismos da Administração Pública"*.²¹

Ainda incluído na orgânica do MNE podemos encontrar um **Órgão Consultivo** constituído pelo **Conselho das Comunidades Portuguesas**, *"órgão consultivo do Governo para as políticas relativas às comunidades portuguesas no estrangeiro"*.²² Composto por um número máximo de 80 membros, o Conselho é eleito pelo voto dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro que estejam inscritos nos cadernos eleitorais da Assembleia da República.

Por último encontramos a **Comissão Nacional da UNESCO**, *"uma estrutura do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) dotada de autonomia administrativa"*²³, cuja missão se concentra em *"prosseguir os fins previstos no Acto Constitutivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)"*.²⁴

²¹ Decreto-Lei nº 121/2011 in *Diário da República*, 1.ª série, nº 249 de 29 de dezembro de 2011, Capítulo III, Secção II, Artigo 15.º, pp. 5471-5472.

²² Lei n.º 29/2015 in *Diário da República*, 1.ª série, N.º 74 de 16 de abril de 2015, Artigo 2.º, p.1884.

²³ Comissão Nacional da UNESCO. [Consultado em <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-cnu/sobre-a-cnu> a 23 de agosto de 2015.]

²⁴ Decreto-Lei nº 121/2011 in *Diário da República*, 1.ª série, nº 249 de 29 de dezembro de 2011, Capítulo III, Secção IV, Artigo 18.º, p.5472.

CAPÍTULO II

ESTÁGIO CURRICULAR

2.1. A Direção de Serviços da África Subsariana da Direção-Geral de Política Externa (DGPE/SAS)

A Direção em apreço onde se realizou o estágio curricular enquadra-se na Direção-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Constituída por um Diretor de Serviços, Chefes de Divisão, Secretários de Embaixada e agentes de ligação com a AICEP, E.P.E., tem como objetivo executar a missão e atribuições do Ministério dos Negócios Estrangeiros, mais concretamente da DGPE na área geográfica sob a sua tutela.

Focando a sua área geográfica no continente africano, mais concretamente na África Subsariana²⁵, tem as suas competências legisladas no artigo 6.º “*Competências das direções de serviços de âmbito geográfico*” da Portaria n.º 31/2012 de 31 de janeiro que define as competências e diretrizes de intervenção da SAS e das restantes Direções de Serviços com focos geográficos distintos. As suas atribuições legais são:

“a) Reunir as informações de carácter político e económico bilateral e assegurar a atualização de elementos completos sobre a realidade política e económica dos diferentes países das áreas geográficas consideradas;

b) Estudar, dar parecer e apresentar propostas de atuação sobre todos os assuntos relativos a essas regiões e países, na esfera da sua competência;

c) Coordenar e articular com AICEP — Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, e outros departamentos, serviços e organismos sectoriais competentes as atividades diplomáticas na sua vertente económica;

d) Assegurar, em colaboração com os restantes serviços do MNE e outros ministérios, a coordenação, definição e transmissão de instruções ou outros elementos a

²⁵ Área geográfica constituída pelos seguintes países: África do Sul, Angola, Benim, Burundi, Botsuana, Burquina Faso, Cabo Verde, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Comores, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné Bissau, Guiné Conacri, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quénia, República Centro Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seicheles, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabué.

enviar às missões diplomáticas, representações permanentes e postos consulares de Portugal, no âmbito das suas competências;

e) Proceder à negociação e participar no processo de conclusão ou denúncia de tratados e convenções internacionais de carácter político e económico bilateral, assegurando, para o efeito, a coordenação dos elementos necessários em colaboração com os ministérios e serviços competentes;

f) Assegurar a preparação e presidência das comissões mistas e delegações de carácter político e económico que caiba ao MNE, no seu domínio de atividade;

g) Colaborar na preparação da participação portuguesa nos vários níveis da política externa e de segurança comum, em permanente articulação com a respetiva direção de serviços;

h) Assegurar a participação nacional em reuniões no âmbito da política externa e de segurança comum, na sua área de competência;

i) Registrar, dar expediente e arquivar a correspondência recebida ou expedida que respeite aos assuntos da sua competência.”²⁶

A partir das alíneas transcritas podemos compreender que compete à SAS proceder a uma constante atualização de dados e informações relativas à realidade da África Subsariana com o intuito de facilitar o processo de estudo, análise e reflexão sobre todos os acontecimentos políticos, económicos e sociais que, direta ou indiretamente, possam afetar a realidade da política externa portuguesa. Através da apresentação de propostas relativas à atuação do universo diplomático da área geográfica em questão, deve centrar-se na difusão dos conhecimentos adquiridos às várias representações diplomáticas, sejam estas consulares ou representações permanentes, transmitindo-lhes diretrizes de ação com a aprovação governamental.

Num contexto de diplomacia económica, a SAS articula-se designadamente com organismos como a AICEP ou Câmaras de Comércio e outras instituições que promovam relações económico-financeiras entre Portugal e a África Subsariana com intuito de incrementar ligações bilaterais assentes no desenvolvimento de ambas as partes através da cooperação.

²⁶ Portaria nº31/2012 in *Diário da República*, 1.ª série, nº 22 de 31 de janeiro de 2012, p. 534.

Para além de todo o processo administrativo relativo a expediente e arquivo de correspondência, a SAS deve afirmar a posição portuguesa em cimeiras e reuniões com parceiros africanos, trabalhando, também, em conjunto com os restantes ministérios portugueses na elaboração e negociação de tratados ou convenções internacionais que assumam um carácter bilateral ou multilateral.

Em suma, cabe à SAS mediar as relações entre Portugal e a África Subsariana numa complexa estrutura que envolve diversos atores com um papel e influência complementares. Neste sentido, a SAS revela-se um departamento central acompanhando e coordenando todo o tipo de assuntos que envolvam Portugal e os países ou organizações que se inserem na África Subsariana.²⁷ À SAS compete, ainda, assegurar o apoio na coordenação da participação portuguesa na CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa).

2.2. Atividades desenvolvidas durante o Estágio Curricular

Ao longo dos seis meses em que tive oportunidade de colaborar com a DGPE/SAS, no âmbito do estágio curricular correspondente à componente não letiva de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, várias foram as tarefas que me permitiram desenvolver competências práticas complementares ao ensino superior.

O meu contributo compreendeu ajudas quotidianas à ação dos profissionais da Direção de Serviços, em que no cumprimento das tarefas solicitadas procurei executar as mesmas da forma mais rápida e eficaz possível, a fim de exercer uma colaboração positiva. Dado o normal dever de reserva associado às atividades desenvolvidas, pela sensibilidade da informação e atualidade das questões trabalhadas pela SAS, procurarei descrever sinteticamente o essencial das tarefas realizadas dentro dos parâmetros legais e dos assuntos do conhecimento geral.

Seguindo a lógica de competências que regem a missão da SAS, várias foram as atividades executadas ao longo do estágio. No âmbito da recolha de informações e atualização de elementos relacionados com a política, economia e sociedade dos países

²⁷ Organizações com ligação à África Subsariana: Comunidade da África Oriental (EAC), Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade dos Estados do Sahel-Sahara (CEN-SAD), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), União Africana (UA), Comissão do Golfo da Guiné (CGG).

africanos, tive a oportunidade de participar não só na recolha de informação relativa a instrumentos bilaterais (acordos e protocolos de cooperação) firmados entre Portugal e países africanos da região subsariana, mas também na revisão e elaboração de diversas Fichas Síntese de país (Anexo 2), com maior incidência para os Estados das regiões da África Ocidental, Central e Oriental. Neste contexto tive ainda a possibilidade de contribuir através da pesquisa e análise de relações bilaterais entre a África Subsariana e países terceiros, e no levantamento de dados biográficos (Anexo 3) de diferentes figuras de destaque da política e da sociedade civil da mesma região.

A minha participação na SAS compreendeu, também, o apoio no âmbito da concretização da 2ª Reunião Interministerial de preparação da IIIª Cimeira Luso-Cabo-Verdiana, decorrida no dia 6 de novembro de 2014, bem como no posterior apoio administrativo e logístico ao desenrolar da respetiva cimeira realizada, posteriormente, no dia 17 de dezembro de 2014. Da cimeira, que contou com a presença dos primeiros-ministros de ambos os países, José Maria Neves (Cabo Verde) e Pedro Passos Coelho (Portugal), resultou a assinatura de 11 instrumentos de cooperação bilateral nas áreas da educação, do mar (tema principal da cimeira), da integração de imigrantes, da economia, da saúde e da língua portuguesa²⁸.

Em termos de questões político-securitárias, temas que também foram alvo de pesquisa durante o estágio, acompanhei a região do Golfo da Guiné pela relevância na «rota do petróleo», e a região da África Ocidental por diversos conflitos militares e o fenómeno da pirataria. Além disso, ao longo do estágio, acabei por prestar assistência administrativa e de arquivística, participando simultaneamente na elaboração de projetos de notas internas, pareceres e ofícios e na organização de diversas pastas temáticas de suporte à participação de membros da Direção de Serviços em reuniões, onde se enquadrou a tradução, revisão e síntese de vários documentos.

2.3. Experiência académica e profissional adquirida

É importante referir que o presente estágio representou uma oportunidade única dentro da minha área de estudo, abrindo caminho a uma aproximação vivencial ao mundo de trabalho. A obrigatoriedade no cumprimento do horário de expediente, os prazos

²⁸ S.A. (Agência Lusa), “Portugal e Cabo Verde assinam 11 instrumentos de cooperação na III Cimeira” in *RTP Notícias*, 17 de dezembro de 2014. [Consultado em http://www.rtp.pt/noticias/politica/portugal-e-cabo-verde-assinam-11-instrumentos-de-cooperacao-na-iii-cimeira_n790707 a 24 de agosto de 2015.]

breves para a conclusão de tarefas, a colaboração direta com profissionais da área diplomática, bem como a aprendizagem e investigação contínuas, possibilitaram uma assimilação de competências socioprofissionais que apenas uma instituição como o MNE poderia proporcionar. Simultaneamente, a experiência de uma maior formalidade ao nível da apresentação e em ambiente laboral representou um claro contraste com o dia-a-dia no meio universitário.

Ao mesmo tempo, a panóplia divergente de estudos e investigações efetuadas forçaram uma discência profunda do continente africano tendo em conta o menor conhecimento que possuía. Tal foi possível, essencialmente, através da realização de fichas síntese - compreendendo e analisando diversos pontos desde a economia, passando pela demografia e culminando com a pluralidade político-partidária – e da pesquisa pontual de individualidades que se destacam no continente africano tanto na área política como na cena internacional.

Assim, torna-se evidente o crescimento pessoal do ponto de vista do «mundo do trabalho», revelando-se o estágio fundamental enquanto elo de ligação entre o meio académico e o meio laboral, permitindo uma demonstração da realidade prática das relações internacionais e da diplomacia que não se encontra patente no funcionamento do Mestrado em que me encontro.

2.4. Breve reflexão sobre o funcionamento da SAS e relevância do estágio para cumprimento dos objetivos do Mestrado em CPRI

Por se tratar de um organismo no interior de um dos mais importantes ministérios governamentais, contando com a larga experiência profissional dos funcionários do serviço, e pela consolidação de todos os processos burocráticos e de organização, a Direção de Serviços da África Subsariana não se constituiu, na minha ótica, um problema metodológico na definição e concretização dos seus objetivos e atribuições. Na prática toda a atividade realizada pela SAS é caracterizada pela excelência e pela necessidade de representar o país numa das suas mais altas instâncias, a imagem exterior.

A necessidade do acompanhamento da realidade vivida no continente africano e da atualização de dados relativos à mesma levam ao estudo constante e exigente de dados económicos, políticos e sociais, forçando um estagiário a conhecer e analisar os principais temas e indicadores correntes. A sua importância ganha relevo na elaboração de documentos e pastas utilizados pelos funcionários da SAS em deslocações e encontros

com os seus homólogos. Todas as atividades desempenhadas permitem o desenvolver de capacidades analíticas, nomeadamente ao nível da seleção de informação fidedigna, e preenchimento rigoroso de notas que contribuam para o facilitar de todo o processo em torno do departamento. Foi deveras relevante refletir sobre o sistema de interligação, comunicação e ação do MNE, tendo possibilitado o discernir e a definição da forma como a SAS se revela um sustentáculo fundamental da intervenção do ministério enquanto organismo central público.

No quadro do curso de mestrado em CPRI o estágio na SAS permitiu plenamente adquirir conhecimentos e práticas metodológicas segundo os objetivos propostos pela coordenação pedagógica deste curso. Neste sentido, as competências metodológicas no domínio das R.I. integram-se nos princípios das atribuições e missões de um departamento da DGPE do MNE que, simultaneamente, permitiu o aprofundamento de conhecimentos teóricos relativos a esta área científica no geral e ao continente africano em particular. A observação das práticas dos funcionários da SAS proporcionaram a compreensão de lógicas de formulação de execução de mecanismos de um organismo estatal de tamanha importância para a política externa portuguesa, e para a evolução da capacidade de analisar de forma rigorosa, sintética e estratégica a política internacional, bem como as relações entre Estados africanos e Portugal no quadro do espaço do oceano Atlântico e do oceano Índico.²⁹

2.5. Escolha de tema

Como já foi realçado, o tema *“As complexas relações entre o Sudão e o Sudão do Sul: petróleo e fronteiras enquanto questões fraturantes”* substituiu a ideia inicial de estudar a *“Parceria estratégica U.E.-África: o papel do «velho continente» na promoção de princípios democráticos no continente africano”*.

O tema em causa surgiu no quadro do estágio realizado na SAS uma vez que, tanto o Sudão como o Sudão do Sul foram alvos de atividades e funções realizadas ao longo dos seis meses em que o mesmo decorreu, nomeadamente através da necessidade de

²⁹ O sítio da Universidade Nova de Lisboa define, no «Guia de Cursos», os seguintes objetivos educativos do Mestrado em CPRI: “1) Adquirir e articular conhecimentos teóricos aprofundados e competências metodológicas no domínio das Relações Internacionais; 2) Obter um conhecimento aprofundado das questões internacionais, quer para a formulação de políticas públicas, quer para o debate político e a opinião pública; 3) Adquirir competências metodológicas que permitam a análise da política internacional, particularmente das relações transatlânticas, e a realização de estudos estratégicos.” [Consultado em http://www.unl.pt/guia/2012/fcsh/UNLGI_getCurso?curso=4209 a 15 de agosto de 2015]

estudar a situação política interna da África Subsariana e de acompanhar a imprensa internacional e as notícias quotidianas sobre a região onde ambos se inserem. Assim, o estágio em si promoveu a ideia e escolha do tema pela sua atualidade e importância, envolvendo dois dos mais conflituosos países do continente africano.

Correspondendo hoje a uma das mais problemáticas regiões da África Subsariana, com impacto no normal funcionamento tanto do sistema regional, como também internacional, dadas as complexas dinâmicas que ligam os países da área em questão, encaramos o tema como uma oportunidade de colocar em prática competências desenvolvidas, conjugando um leque de aprendizagens da componente laboral do estágio e da componente científica do mestrado. Sendo dois países pelos quais a SAS é responsável, é possível combinar um estudo que reflete os conhecimentos metodológicos e de investigação adquiridos ao longo da licenciatura e do mestrado em CPRI com as competências obtidas durante esta experiência profissional.

O interesse em trabalhar as relações entre o Sudão e Sudão do Sul passa pela sua complexidade, atualidade e relevância no contexto da região onde se insere. Ao mesmo tempo, procura compreender os moldes em que esse relacionamento bilateral se tem desenrolado e de que forma o mesmo é condicionado e determina a interação com a vizinhança regional, mas igualmente com outros atores relevantes, sejam eles organizações regionais africanas, seja o espectro mais amplo da comunidade internacional.

De facto, a participação política ativa de diversas instituições e atores internacionais, nomeadamente a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), a União Europeia (UE) ou a Organização das Nações Unidas (ONU), promoveu uma vontade crescente de estudar e compreender como a questão do petróleo e das fronteiras influenciam o quotidiano das relações entre o Sudão e o Sudão do Sul.

CAPÍTULO III

AS COMPLEXAS RELAÇÕES ENTRE O SUDÃO E O SUDÃO DO SUL: PETRÓLEO E FRONTEIRAS ENQUANTO QUESTÕES FRATURANTES

3.1. Síntese histórica do Sudão: um passado intrinsecamente separado

3.1.1. Entre Otomanos, Egípcios e Britânicos (1870-1899)

Ao desvendarmos o passado do Sudão compreendemos como a sua herança reflete um emaranhado de povos com posições políticas e religiosas diferenciadas que, desde início, impediram a verdadeira unidade do país sob a autoridade de um único regime ou bandeira. É neste quadro que devemos analisar e avaliar as causas estruturantes que estiveram na base da desunião do povo sudanês. De facto, durante mais de um século, o maior povo africano em termos demográficos foi governado por estrangeiros, passando pelo domínio otomano, pelo co-domínio anglo-egípcio e pela presença de autoridades muçulmanas.³⁰

Durante grande parte de oitocentos, o território do Sudão foi partilhado entre egípcios e otomanos, cabendo boa parte da administração do espaço aos Vice-Reis do Egito, onde podemos destacar o papel de Ismail Pasha – entre 1863 e 1879 – que ofereceu o cargo de governador-geral do Sudão a Charles Gordon em 1873.³¹ Este seria um dos principais acontecimentos promotores da entrada de católicos no Sudão e uma das raízes ancestrais das questões que levaram à efetiva divisão do país em 2011. Ao mesmo tempo, o importante comércio escravagista e a tentativa de unificação de populações diversificadas, levada a cabo em 1821 sob a alçada do Egito (então província do Império Otomano), podem ser encarados como o gérmen da divisão de tribos presentes na região com distintas mundividências religiosas e visões político-culturais.³²

Apesar das populações negras da região sul do Sudão terem sido alvos constantes do comércio escravagista impulsionado pelas elites políticas e económicas muçulmanas

³⁰ WILLIAMSON, Richard, “The Role of the United States in Sudan at a Moment of Peril and Opportunities” in *American Foreign Policy Interest: The Journal of the National Committee on American Foreign Policy*, vol. 33, Issue 1, Routledge, London, 2011, pp. 3-9.

³¹ Major-General Charles Gordon (1833-1885), conhecido como Gordon «Pasha» ou Gordon de «Cartum» foi um oficial britânico que introduziu um carácter europeu à região do Sudão enquanto ali governou, reduzindo o comércio de escravos e suprimindo várias revoltas. Preludiu as futuras relações coloniais do co-domínio anglo-egípcio.

³² FREITAS, Jeane Silva de, “Cruzando as Fronteiras: causas e consequências dos refugiados no Sudão do Sul” in *Revista Política Hoje*, vol. 22, nº 2, CFCH, Paraíba, 2013, p. 177.

e árabes do Império Otomano, é precipitado apontar o colonialismo como fator primordial das atuais divisões do espaço sudanês.³³

Na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento das questões relativas ao imperialismo das principais potências europeias, nomeadamente da Inglaterra, do Império Alemão, da Bélgica, de Portugal³⁴ e da III República Francesa potenciou aquilo que ficou conhecido como a «partilha» ou «corrida» de/a África. Neste contexto os britânicos ansiavam por colocar sob a sua soberania uma faixa de território do interior de África com o mote do *Cairo ao Cabo*, unindo-a por longas vias de caminho-de-ferro, tendo Cecil Rhodes como um dos grandes impulsionadores do projeto através da Companhia Britânica da África do Sul. Na sequência da Conferência de Berlim (1884-1885), que substituiu o «direito histórico» pelo «direito de ocupação», o espaço colonial britânico no continente africano passou a incluir os atuais territórios do Sudão e do Sudão do Sul, já depois de, em 1882, ter invadido o Egito e o espaço sudanês, estabelecendo uma administração centralizada em Cartum.

Ao longo das duas últimas décadas de oitocentos, o Sudão foi marcado por uma forte instabilidade política dada a incapacidade do governo britânico em garantir o controlo do território em termos militares e administrativos. Foi neste contexto que, em 1881, Muhammad Ahmad, líder religioso sufista da ordem *Samaniyya*, se declarou *Mahdi* (enviado por Alá para restaurar o Islão) procurando expulsar todos os estrangeiros da região através da sua influência no domínio das tribos da vizinhança. Em 1885, *Mahdi* consegue tomar posse do importante ponto estratégico de Cartum onde o representante britânico, Charles Gordon, acabou assassinado. A difusão do pensamento religioso de Muhammad Ahmad permitiu-lhe liderar, ainda que de forma caótica e teocrática, o território sudanês até 1898, ano em que o Marechal Kitchener, oficial britânico e ex-governador do Sudão, derrotou os exércitos comandados por Abdallahi ibn Muhammad

³³ TYNLEY, Rebeca, “Premature Adulation in Sudan” in *Year One of a Nation: South Sudan’s Independence, e-International Relations*, edição online 2012, p. 15. [Consultado em <http://www.e-ir.info/wp-content/uploads/Sudan-publication.pdf> a 24 de agosto de 2015]

³⁴ O caso português foi marcado pela questão do «Mapa Cor-de-Rosa» de Henrique de Barros Gomes. Compreendendo a perda de legitimidade na ocupação colonial em termos do «direito da descoberta», Portugal procurou ocupar o território entre Angola e Moçambique (hoje Malawi, Zimbabué e Zâmbia) através de várias expedições. Os objetivos pretendidos pelos ingleses motivou o *Ultimato Britânico* de 1890 que prejudicou seriamente a imagem da monarquia portuguesa e potenciou o ímpeto do republicanismo. Neste ultimato, os ingleses ameaçavam declarar guerra a Portugal caso este não desocupasse o território de imediato. Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Política externa e política interna no Portugal de 1890: O Ultimatum inglês” in *Análise Social*, vol. XXIII (98), ICS, Lisboa, 1987.

(um dos principais seguidores de *Mahdi*) na Batalha de Omdurman.³⁵ Este período “ajudou a construir bases para uma futura competição entre poderes de movimento árabes-muçulmanos, mahdistas e khatmiyya”³⁶.

3.1.2. Sudão Anglo-Egípcio (1899-1956): herança colonial

Num dos muitos confrontos coloniais europeus, franceses e ingleses digladiaram-se em Fashoda (1898-1899), hoje Sudão do Sul, devido à incompatibilidade na delineação das suas rotas ferroviárias. Este «incidente» estaria na base da futura *Entente Cordiale* (1904) e do reconhecimento da III República Francesa do domínio colonial inglês no «Co-domínio anglo-egípcio» do Sudão.³⁷ De forma plural, a primeira fase de descolonização britânica e o surgimento de movimentos nacionalistas no pós-I Guerra Mundial foram marcados por fortes contestações à ingerência inglesa nas leis consuetudinárias e costumes das diferentes regiões.

Nesse sentido, o Império Britânico foi incapaz de resolver as questões colocadas pelos povos da região que se encontravam sob o seu governo colonial indireto, acabando por dividir o território em dois grandes espaços: a norte a população muçulmana; a sul os católicos e os animistas³⁸. Na prática o território estava dividido entre um norte, onde se encontravam as elites políticas árabes-muçulmanas e se concentrava o poder em virtude da maior disponibilidade de recursos e proximidade do Egito, e um sul mais remoto, sem autonomia regional e com menor relevância económica.³⁹ As metamorfoses provocadas pela Grande Guerra incrementaram as profundas assimetrias a nível político e cultural

³⁵ GUIMARÃES, Samara, Dantas Palmeira, *O papel do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) na construção do governo da República do Sudão do Sul*, Dissertação de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013, pp. 28-32.

³⁶ CUBER, Gabriella Fernandes, *Operações de Paz e a Responsabilidade ao Proteger: o caso do Sudão do Sul*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014, pp. 23-25.

³⁷ COLLINS, Robert, *A History of Modern Sudan*, Cambridge University Press, Cambridge, 2008, p. 32.

³⁸ O animismo é uma conceção antropológica, com origem tribal, que define um mundo animal e vegetal como possuidor de uma essência espiritual. Enquanto conceito filosófico atribui vida à natureza como um todo. Vide GRAHAM, Harvey, *Animism: Respecting the Living World*, Columbia University Press, New York, 2006.

³⁹ OTTAWAY, Marina; EL-SADANY, Mai, “Sudan: From Conflict to Conflict” in *The Carnegie Papers*, Carnegie: Endowment for International, Washington DC, 2012, pp. 4-5. [Consultado em http://carnegieendowment.org/files/sudan_conflict.pdf a 20 de julho de 2015]

entre todos os grupos étnicos da colônia anglo-egípcia, permitindo, ainda, a incorporação do Sultanato de Keyra Fur (atual Darfur), no Sudão Anglo-Egípcio (1916).⁴⁰

Não espanta, portanto, que neste período se tenha iniciado um maior envolvimento político por parte das elites intelectuais ligadas aos meios estudantis, destacando-se a criação, em 1919, da *Liga da União Sudanesa* e, mais importante, da *Liga da Bandeira Branca*, em 1924, sob a liderança de ‘Ali ‘Abd al-Latif, político e estudante nacionalista. Estes grupos clandestinos defendiam o fim do co-domínio anglo-egípcio e uma união exclusiva com o Egito.⁴¹ É importante recordar que, desde meados do século XIX, já existiam 19 etnias e 600 subgrupos étnicos, apresentando-se uma diversa e plural mundividência cultural de um povo cuja complexidade unitária parece impossível de definir (ver Anexo 4). Posteriormente as questões religiosas tornar-se-iam um dos principais focos de tensão interna levando ao germen da divisão do país, pesada herança que hoje ainda se reflete.

Quando em 1936 a Inglaterra saiu do Egito e subiu ao poder o rei Farouk I, aquela manteve ainda assim a sua ocupação militar e administrativa no canal de Suez e no território do Sudão. A contínua afirmação política e nacionalista do Egito promoveu a ideia de que a ocupação do Sudão era ilegítima e que Farouk era, também, rei do Sudão.⁴² Tal como em 1914 e 1918, o conflito de 1939-1945 permitiu o desenvolvimento de novas perspectivas e lógicas acerca da descolonização. Vários oficiais britânicos iniciaram, neste sentido, o estudo da viabilidade política e económica de dividir o Sudão em dois Estados separados, tornando o Sul independente da centralidade administrativa do Norte, profundamente arreigada ao islamismo. Esta hipótese não passou disso mesmo e, na Conferência Administrativa do Sudão realizada em 1946, foi permitido o retorno de administradores do Norte à região Sul, implementando ainda o árabe como língua oficial do país.⁴³

⁴⁰ Aliado do Império Otomano durante a I Guerra Mundial, o Sultanato declarou guerra à Grã-Bretanha em 1916. Com a derrota do seu aliado perde o estatuto político sendo o território ocupado e posteriormente anexado ao co-domínio anglo-egípcio.

⁴¹ IBRAHIM, Hassan Ahmed, “Política e Nacionalismo no Nordeste de África, 1919-1935” in *História Geral da África*, vol. VII, *África sob dominação colonial, 1880-1935*, BOAHEN, Albert Adu (org.), UNESCO, Brasília, 2010, p. 685.

⁴² Cf. DALY, M.W., *Imperial Sudan: The Anglo-Egyptian Condominium, 1934-1956*, Cambridge University Press, Cambridge, 2002, pp. 47-80.

⁴³ CUBER, Gabriella Fernandes, *Operações de Paz e a Responsabilidade ao Proteger: o caso do Sudão do Sul*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014, p. 25.

Com o final da II Guerra Mundial e com a segunda vaga de descolonizações, promovidas pelo contexto de Guerra Fria instalada entre EUA e a então URSS, o Sudão manteve-se no eixo dos países não-alinhados, participando ao lado do Egito na Conferência de Bandung (1955). A Revolução Egípcia de 1952, que depôs a Monarquia e institucionalizou a República sob a liderança de Muhammad Naguib, seria fundamental para o processo de independência sudanês. Após assumir o cargo, Naguib teve a percepção de que o Sudão só se tornaria realmente livre através da separação oficial do Egito, acabando por conceder o direito à autodeterminação ao povo sudanês. A separação oficial foi acordada em 1953 com a assinatura do acordo Anglo-Egípcio que instaurou um período de transição de três anos para o desenvolvimento da autonomia local, levando à sua independência oficial em 1956 (ver Anexo 5).⁴⁴

3.1.3. Da independência à cisão (1956-2011): desunião e guerras civis

A independência do Sudão, em 1956, nasceu sob o signo do conflito, rebentando de imediato a guerra civil entre o norte muçulmano e o sul cristão e animista. Nas primeiras eleições ocorridas na nova nação, em 1958, o *Democratic Unionist Party* (DUP) de Ismail al-Azhari subiu ao poder, mas rapidamente foi minorizado pelas forças conservadoras que o substituíram no governo.⁴⁵ Num sangrento golpe militar, Ibrahim Abboud (General das Forças Armadas Sudanesas) suspendeu a Constituição, encerrou o Parlamento e autoproclamou-se Presidente da República do Sudão, mantendo-se no poder até 1964, impondo medidas como a lei marcial, a instituição de governos de índole militar e a limitação da participação política civil.⁴⁶ Em seguida, através de uma intensa contestação popular, com greves e motins, a coligação política entre o DUP e o *National Umma Party* (NUP) instaura uma democracia multipartidária que persistiu apenas um ano (1965) personificada em Muhammad Ahmad Mahjoub. A instabilidade política persistiria mais alguns anos [1965-1969] com várias mudanças governativas perante a impossibilidade de solucionar questões relativas à estagnação económica ou às dissidências étnicas.

⁴⁴ JOHNSON, Douglas H, “New Sudan or South Sudan? The Multiple Meanings of Self-Determination” in *Civil Wars*, vol. 15, No. 2, Routledge, London, 2013, pp. 142-143.

⁴⁵ COLLINS, Robert, *A History of Modern Sudan*, Cambridge University Press, Cambridge, 2008, p. 72.

⁴⁶ RYLE, John; WILLIS, Justin; BALDO, Suliman; JOK, Jok Madut, *The Sudan Handbook*, The Rift Valley Institute, London, 2011, p. 194.

A 29 de maio de 1969 um novo golpe de estado colocou no poder Gaafar Nimeiry, um militar muçulmano defensor do socialismo pan-árabe, que aboliu o sistema parlamentar democrático e proibiu os partidos políticos. Durante o seu governo, um conflito entre comunistas e não-marxistas levou a um golpe de Estado protagonizado pelo Partido Comunista do Sudão (1971), mas rapidamente as Forças Armadas restauraram o poder ditatorial de Nimeiry e da *Sudanese Socialist Union*. Todo o período retratado até aqui ficou conhecido como a primeira guerra civil sudanesa (1955-1972) perante a ininterrupção dos conflitos bélicos entre as várias facções políticas, que se saldou em mais de 500 000 mortos.

O aparecimento do *Any-Nya* («Veneno de Cobra»), durante a Primeira Guerra Civil Sudanesa, como grupo paramilitar separatista, que procurava maior autonomia regional no atual Sudão do Sul, é um exemplo paradigmático de como a independência de 1956 representou meramente a reivindicação de uma camada da sociedade sudanesa, caracterizada pela existência de assimetrias políticas e étnicas e por rivalidades que se prolongaram durante toda a História daquele (s) povo (s).⁴⁷ O Acordo de Adis Abeba (27 de fevereiro de 1972), assinado entre separatistas e o governo de Nimeiry, representou o primeiro cessar-fogo em 17 anos de guerra civil, estabelecendo um hiato de 10 anos. Este acordo fornecia maior autonomia ao sul, criando a Região Autónoma do Sudão do Sul dotada de órgãos legislativos e executivos próprios. Para além de conceder autonomia à região sul nos assuntos internos, o Acordo atribuía-lhe também a região fronteiriça de Abyei, garantindo a realização de referendo sobre o *status* da mesma, questão divergente e nunca resolvida que permanece motivo de tensão em pleno século XXI.

Apesar das tentativas revolucionárias e do programa de ajustamento financeiro promovido pelo Fundo Monetário Internacional a partir de 1978, durante pouco mais de uma década, o Sudão viveu um período de paz relativa sob a governação de Nimeiry. Os seguidores do movimento *Ansar*⁴⁸, liderados por Sadiq al-Mahdi, promoveram uma forte oposição a Nimeiry através do *National UMMA Party*, organismo político clandestino. Em simultâneo é relevante recordar que o contexto de Guerra Fria influenciou internamente o Sudão através do fornecimento de armamento, primeiro pela ex-URSS e

⁴⁷ OTTAWAY, Marina; EL-SADANY, Mai, “Sudan: From Conflict to Conflict” in *The Carnegie Papers*, Carnegie: Endowment for International, Washington DC, 2012, pp. 4-5. [Consultado em http://carnegieendowment.org/files/sudan_conflict.pdf a 20 de julho de 2015]

⁴⁸ Os elementos do *Ansar*, discípulos de Muhammad Ahmad (1844-1885) o primeiro *Mahdi*, preconizam os princípios do sufismo que procura uma contínua relação próxima, direta e íntima com Deus e o estabelecimento de um regime islâmico com forte cunho político-religioso.

pela China e, mais tarde, pelos EUA. As disputas pelas esferas de influência na Líbia, Egito e Etiópia promoveram ainda a necessidade de soviéticos e norte-americanos se rivalizarem no espaço sudanês.

A Segunda Guerra Civil Sudanesa (1983-2005) teve como rastilho a imposição da *Shari'a*⁴⁹ pelo governo muçulmano a todo o país. Num país com 2/3 de população muçulmana, a concentração não-islâmica do Sul nunca aceitou esta nova legislação que ia contra os seus costumes, crenças e religião. Ao mesmo tempo, as disparidades na distribuição da riqueza e dos recursos do Sudão agravaram as condições na região autónoma do Sul, gerando um sentimento de frustração e de marginalização da população. Nesse sentido, a violação do Acordo de Adis Abeba por parte do Presidente Nimeiry, que contou com o apoio de fundamentalistas islâmicos do Norte, levou à suspensão da autonomia da região Sul em virtude da descoberta de novas zonas petrolíferas nos territórios de Bentiu, Adar, Cordofão e Heglig. Assim, procedeu-se ao desmantelamento dos órgãos legislativo e executivo, princípios basilares da autonomia dos povos do sul.

Compreende-se, portanto, o nascimento do *Sudan People's Liberation Army* (SPLA) e do *Sudan People's Liberation Movement* (SPLM), “[whom] *led the renewed civil war that broke out in 1983*”⁵⁰. Joseph Oduho e John Garang foram os primeiros líderes, respetivamente, da ala política e militar de dois movimentos que acabaram por lutar conjuntamente pelas mesmas causas. Defensor do “Sudanismo”, o SPLM/A procurava a abolição do separatismo promovido pelo governo ditatorial de Nimeiry e a integração de todas as etnias e religiões existentes no Sudão. O recrudescimento do conflito bélico levou à declaração de «estado de emergência» por Nimeiry e à consequente redução substancial dos seus poderes tendo delegado grande parte dos mesmos às Forças Armadas Sudanesas. O General Abdul Rahman Suwar ad-Dahhab (ex-ministro da Defesa e Comandante-Chefe das Forças Armadas) depôs Nimeiry a 6 de abril de 1983, assumiu o cargo de Presidente da República e nomeou um governo interino de índole militar liderado pelo Dr. Al-Jazuli Daf'allah (coordenador da então Associação Médica do Sudão). Entre o final do ano de 1983 e abril de 1986, época de eleições, o governo interino manteve as mesmas linhas político-religiosas da anterior governação.

⁴⁹ *Shari'a* – Lei Islâmica baseada nas escrituras sagradas, não existindo distinções entre Direito e Religião. Tem como fontes primárias do direito o *Corão* (livro sagrado) e a *Suna* (obra que narra a vida do profeta Maomé).

⁵⁰ SALMAN, Salman M.A., “The Abyei territorial dispute between North and South Sudan: Why has its resolution proven difficult?” in *Land and post-conflict peacebuilding*, Earthscan, London, 2013, p. 24.

Nas eleições de 1986 a vitória pertenceu ao *UMMA Party* de Sadiq-al Mahdi que obteve 101 deputados num universo de 260. Na impossibilidade de maioria absoluta, Ahmed al-Mirghani, secretário-geral do *Democratic Unionist Party* (obteve 63 deputados) foi nomeado Presidente da República, estabelecendo uma coligação que foi reforçada com os 51 deputados da *National Islamic Front* (NIF) de Hassan al-Turabi. Recém-chegado ao poder, o novo governo de coligação iniciou o processo de negociação de paz com o SPLM/A, chegando a acordar a declaração que ficou conhecida como *Koka Dam*⁵¹. A queda da coligação teve origem na constante deterioração das condições económicas do Sudão, no recrudescimento da conflitualidade social e na paz obtida, em 1988, entre o *DUP* e o *SPLM/A* sem aprovação do *UMMA*. Perante a incapacidade do governo em resolver a crise interna foi criada, em 1989, uma Junta Militar denominada *Revolutionary Command Council for National Salvation* (RCC), liderada por Omar al-Bashir. Em 1993 a Junta autodissolveu-se, incapaz de impor a *Shari'a* na região sul e derrotar militarmente o SPLM/A. Na mesma altura, Omar al-Bashir declarou-se Presidente, criando uma Assembleia de Transição Nacional para liderar o país.

Entre os finais da década de 90 do século XX e o início do século XXI, a segunda guerra civil sudanesa continuou a ceifar as vidas de centenas de milhares de sudaneses. Ao mesmo tempo, deve-se destacar a perda de apoio financeiro por parte dos EUA e a sua imposição de sanções económico-financeiras ao Sudão (1997), o crescente isolamento internacional provocado pelo auxílio militar ao regime de Saddam Hussein no Iraque – durante a Guerra do Golfo de 1990/1991 –, e a cisão interna comandada por Riek Machar e Lam Akol, denominada *Nasir Faction*, registada no SPLM/A. A intervenção externa na procura da paz foi promovida, primeiramente, pela ação do Uganda, Quênia, Etiópia e Eritreia através da então *Intergovernmental Authority on Drought Development* (IGADD)⁵², em 1993, que levou à criação da *Declaration of Principles* (DoP) “[which] included self-determination through a referendum as the basis on which negotiations

⁵¹ Os participantes na Declaração de *Koka Dam* de 19 de Março de 1986 comprometiam-se: “1. A peaceful resolution of the Sudanese conflict; 2. The establishment of parliamentary democracy and the convening of a national constitutional conference; 3. The reinstatement of the 1964 constitution; 4. The abolition of the *Shari'a* Laws; 5. The abrogation of the Military Pacts with other foreign countries (Libya and Egypt) which impinged on national sovereignty.” BREIDLID, Anders; SAID, Avelino Androga; BREIDLID, Astrid Kristina, *A Concise History of Sudan*, Fountain Publishers, Oxford, 2014, p. 290.

⁵² Organização fundada em 1986 pelos chefes de Estado e de Governo do Djibouti, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão e Uganda evoluiu posteriormente, em 1996, para a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Esta organização regional tem como missões o incremento da cooperação e integração económica, a proteção ambiental e segurança alimentar e a promoção e manutenção da paz e da segurança junto dos seus Estados signatários. Para mais informações consultar: http://igad.int/index.php?option=com_content&view=article&id=93&Itemid=124&limitstart=1.

between the government and the SPLM would take place”⁵³, baseando-se no equilíbrio político-religioso entre os diferentes grupos étnicos. Ao mesmo tempo, na viragem do século, a *Egypt-Libya Initiative* (ELI)⁵⁴ prosseguiu a lógica pacifista, procurando incluir outros grupos de oposição nas conversações.

Apenas em 2002 teriam início novos diálogos entre o governo do Sudão e o SPLM/A, levando à criação de uma série de acordos e protocolos, assinados a 9 de janeiro de 2005 sob a supervisão da IGAD e da comunidade internacional, que ficaram conhecidos como *Comprehensive Peace Agreement* (CPA) ou *Tratado de Naivasha*, pondo fim ao conflito que durava há 21 anos. As profundas dificuldades económico-financeiras, provocadas pelo grande atraso no desenvolvimento agrícola e industrial e pela longevidade da guerra civil, provocaram entre 1 e 2 milhões de mortos, incluindo várias centenas de milhares que perderam a vida devido à fome. Após três anos de negociações, o CPA estipulou a formação de um governo interino dirigido pelo Partido do Congresso Nacional (partido do governo) e pelo SPLM/A, nomeando John Garang para o cargo de Vice-presidente. Na prática, o CPA “*was intended to fundamentally reverse these dynamics of violence and exclusion and offer all Sudanese a place in a united, democratic and federal Sudan, with an Islamist government in the North of the country and secularism in the South*”⁵⁵.

Ao longo das negociações, ambas as partes acordaram a instauração de um período interino de seis anos em que seria garantida a autonomia da região sul, levando posteriormente à realização de um referendo para votar a sua autodeterminação. De acordo com o Protocolo *Machakos*⁵⁶ este período de seis anos serviria para que a população da região sul se decidisse por meios legais sobre a unidade do Sudão ou a separação do território, divisão que ocorreria em 2011 após referendo.

⁵³ JOHNSON, Douglas H., “New Sudan or South Sudan? The Multiple Meanings of Self-Determination in Sudan's Comprehensive Peace Agreement” in *Civil Wars*, volume 15, No.2, Routledge, 2013, p.146.

⁵⁴ Em outubro de 1999, os ministros dos Negócios Estrangeiros do Egito (Amr Moussa) e da Líbia (Ali Tureiki) levaram a cabo uma tentativa de implementação da paz no Sudão, procurando iniciar os diálogos entre as forças sudanesas em oposição. No entanto, a iniciativa falhou devido à recusa do SPLM em participar nas negociações uma vez que a IGAD não estaria presente.

⁵⁵ VERHOEVEN, Harry, “Understanding the Implications of South Sudan's Independence” in *Year of a Nation – South Sudan's Independence: a compendium of pieces from e-International Relations*, 2012, p.11. [Consultado em <http://reliefweb.int/report/south-sudan-republic/year-one-nation-south-sudan-s-independence-compendium-pieces-e> a 20 de agosto de 2015]

⁵⁶ Protocolo assinado a 20 de julho de 2002 em Machakos, Quênia. Realizado com o apoio da IGAD é considerado o ponto de partida para a assinatura do CPA. O texto pode ser consultado na íntegra em <http://unmis.unmissions.org/Portals/UNMIS/Documents/General/cpa-en.pdf>

Outras questões abordadas durante a elaboração do CPA diziam respeito à definição da nova fronteira internacional, à nacionalidade dos árabes residentes no Sul e à repartição da dívida externa do Sudão. A divisão dos recursos naturais sudaneses, principalmente a partilha dos lucros provenientes da exploração do petróleo (iniciada em 1999), tornou-se um dos pontos fundamentais das negociações, ditando o futuro das mesmas. Embora o CPA definisse a partilha igualitária dos lucros entre as duas regiões do Sudão, rapidamente surgiram divergências dadas as desigualdades logísticas entre ambas. Apesar da região do Sul deter a maior parte dos poços de extração de petróleo, é no Norte que se encontram as infraestruturas de escoamento necessárias para a sua exportação.

A disputa entre as duas regiões contribuiu para a manutenção de confrontos e alterações. Questão sensível para ambas as partes, a mesma levaria a que o SPLM/A desistisse da sua posição no Governo de Unidade Nacional (*GoNU*) em outubro de 2007, após alegar o incumprimento do acordo por parte da região norte. Esta foi acusada de manter soldados nos campos petrolíferos do Sul, desrespeitando o protocolo de Abyei, que garantia aos seus habitantes o direito de referendar sobre a sua pertença à região norte ou sul.

Apesar da assinatura do CPA ter ocorrido num clima auspicioso, a não concretização plena dos seus objetivos levaria ao crescente aumento da desconfiança entre as partes envolvidas, permanecendo o clima de instabilidade e insegurança junto da população nas áreas raianas devido à incapacidade de delimitação de fronteiras definitivas.⁵⁷ Na prática, “*the implementation of the provisions of the CPA was often disappointing and gave some indication of what the South could expect if they remained within the Sudan under ‘the system of government established under the Peace Agreement’*”⁵⁸, que falhara “*not only to fixing the conditions of exporting South Sudanese oil through Sudan’s pipelines, but also the division of Sudan’s debt, the status of South Sudanese citizens in Sudan and Sudanese citizens in South Sudan, movements of Sudanese*

⁵⁷ AA.VV., *Concordis International Sudan Report - More than a line: Sudan’s North-South Border*, edição online, 2010, p. 15. [Consultado em <http://www.usip.org/sites/default/files/Grants-Fellows/GrantsDownloadsNotApps/More%20than%20a%20line,%20Sudan's%20N-S%20border,%20092010.pdf> a 30 de agosto de 2015]

⁵⁸ JOHNSON, Douglas H., “New Sudan or South Sudan? The Multiple Meanings of Self-Determination in Sudan's Comprehensive Peace Agreement” in *Civil Wars*, volume 15, No.2, Routledge, 2013, p.150.

and South Sudanese citizens across the new international border, and the demarcation of the border between Sudan and South Sudan”⁵⁹.

Até à independência do Sudão do Sul, a República do Sudão passou por mais um período de guerra interna na região do Cordofão entre tribos rivais (2009-2010) e no Darfur (2003-) e por um conflito bélico com o Chade (2005-2010). O isolamento internacional do regime ditatorial de al-Bashir agravou-se através dos mandatos de captura internacionais emitidos pelo Tribunal Penal Internacional contra o Presidente do Sudão, ou através da rejeição inicial sudanesa da Resolução 1706 (2006) do Conselho de Segurança da ONU, que definia o envio de 17 300 tropas para promover a paz no Darfur. O CPA constitui-se a maior plataforma de promoção da independência do Sul como resultado da recriação, com maior autonomia, da Região Autónoma do Sudão do Sul. Inicialmente liderada por John Garang, foi Salva Kiir Mayardit quem governou a região entre 9 de julho de 2005 e 9 de julho de 2011. O referendo que formalizou a independência do Sudão do Sul ocorreu em janeiro de 2011 e o seu expresso resultado apontou para a concretização da secessão. Apenas 44 888 pessoas (1.17%) desejaram a manutenção da unidade do Sudão perante 3 792 518 votos (98.83%) favoráveis à separação e consequente independência.⁶⁰

As relações entre ambos os países iniciaram-se oficialmente a 9 de julho de 2011, data da independência do Sudão do Sul. Embora o Sudão tenha sido um dos primeiros países a aceitar a autodeterminação do Sudão do Sul a verdade é que algumas questões sensíveis permaneceram por resolver.

3.1.4. Os Acordos da pós-secessão (2012)

Ainda no decorrer do ano de 2011 a conflitualidade norte-sul voltou a ganhar relevo principalmente nos Estados de Abyei, Cordofão do Sul e Nilo Azul, envolvendo as Forças Armadas Sudanesas e elementos do SPLM/A. Ao mesmo tempo, a tensão estendeu-se a outras questões estruturantes para os dois países, nomeadamente a “*demarcação e a gestão da fronteira com cerca de 2100 km de extensão, tendo em conta as muitas populações nómadas que durante as estações secas se deslocam para Sul. (...)*”

⁵⁹ GRAWERT, Elke, ANDRA, Christine, *brief 48 - Oil Investment and Conflict in Upper Nile State, South Sudan*, Bonn International Center for Conversion, Germany, 2013, p. 27. [Consultado em https://www.bicc.de/uploads/tx_bicctools/BICC_brief_48.pdf a 22 de julho de 2015]

⁶⁰ Results for the Referendum of Southern Sudan. [Consultado em <http://southernsudan2011.com/> a 18 de agosto de 2015]

*A cidadania, os direitos de circulação, de residência, de propriedade e de emprego dos cerca de dois milhões de sudaneses do Sul que vivem no Norte e de milhares de sudaneses do Norte que vivem no Sul. (...) A consolidação da estabilidade política no Sul, onde existe uma forte tendência para conflitos interétnicos (...) A Reforma do Setor de Segurança no Sul, com particular destaque para a questão dos movimentos rebeldes e das lutas interétnicas. (...) [bem como a] partilha e a gestão de recursos petrolíferos”*⁶¹, expondo a fragilidade das ligações entre os dois países e a necessidade de se criarem mecanismos capazes de garantir o seu bom relacionamento no pós-secessão.

As negociações entre Omar al-Bashir e Salva Kiir resultariam na implementação de nove acordos de pós-secessão – *The Cooperation Agreement; Oil and Related Economic Matters Agreement; Agreement on Security Arrangements; Framework Agreement on the Status of Nationals of the Other State and Related Matters; Framework Agreement to Facilitate Payment of Post Service Benefits; Agreement on Trade and Trade Related Issues; Agreement on a Framework for Cooperation on Central Banking Issues; Agreement on Border Issues; Agreement on Certain Economic Matters* –, assinados em Adis Abeba a 27 de setembro de 2012.⁶²

Comprometendo-se em criar dois Estados independentes e viáveis, os presidentes do Sudão e do Sudão do Sul determinaram um conjunto de mecanismos e estruturas legais em busca do estabelecimento de relações bilaterais estáveis e pacíficas, procurando resolver as principais questões de divergência, nomeadamente económicas, securitárias e fronteiriças. Neste sentido, um dos tratados mais importantes foi o *Oil and Related Economic Matters Agreement* que estabeleceu os parâmetros em que a divisão dos recursos naturais se iria processar. Determinava, ainda, os mecanismos financeiros em que deveria basear-se o setor petrolífero, definindo as taxas de processamento, transporte e circulação a aplicar a ambas as partes.

Outra questão amplamente abordada durante o processo negocial correspondeu à delimitação da fronteira entre os dois Estados. Apesar de ambos terem acordado a adoção das fronteiras definidas em 1956, aquando da independência da anterior República do Sudão, algumas áreas permaneciam alvo de contestação por parte dos dois governos por

⁶¹ CORREIA, José Manuel, “Sudão do Sul- A Longa Espera”, in *Segurança em África*, Revista do Instituto de Defesa Nacional (IDN), nº131, 2012, pp. 149-150. [Consultado em http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/7663/1/NeD131_JoseManuelCorreia.pdf a 20 agosto de 2015]

⁶² Os respetivos acordos de pós-sucessão podem ser consultados na íntegra em <http://sites.tufts.edu/reinventingpeace/2012/09/27/sudan-and-south-sudan-full-text-of-agreements/>

motivos económicos e culturais. De forma a tentar contornar a situação, os presidentes do Sudão e do Sudão do Sul assinaram um acordo sobre *Border Issues*, através do qual se responsabilizavam pela implementação de um *Joint Border Committee* (JBC), organismo constituído por representantes dos dois Estados e por atores externos. O JBC ficaria responsável pela gestão e acompanhamento do processo de definição e delimitação da nova fronteira conjunta, garantindo o estudo aprofundado de possíveis soluções para resolver as disputas de territórios fronteiriços.

No seguimento das questões fronteiriças surge o tema da definição das nacionalidades. Tema pouco abordado durante as negociações do CPA, a nacionalidade de cidadãos do Sudão do Sul residentes no Sudão tornou-se ponto de divergência entre os dois países após a independência. Nessa conjuntura, os dois governantes assinaram, em março de 2012, aquele que ficou conhecido como *Four Freedoms Agreement*, cujo objetivo passava pela atribuição de direitos civis (direito de livre-trânsito, propriedade, trabalho e residência) a todos os cidadãos sul-sudaneses que habitassem em território sudanês.

Por outro lado, e na tentativa de responder às insurreições rebeldes que colocavam os dois países em rota de colisão, as partes comprometeram-se ainda em criar uma zona desmilitarizada junto das áreas contestadas, implementando o *Agreement on Security Arrangements*. Nas suas disposições gerais os dois presidentes regularam a operacionalização de uma *Safe Demilitarized Border Zone* (SDBZ). Com um perímetro definido em 10 km dentro da extensão de cada país, a SDBZ foi concebida de forma a funcionar enquanto zona tampão entre as forças militares em conflito, procurando reduzir a violência, os confrontos e proteger as zonas petrolíferas ao longo da fronteira comum, “with two exceptions: Abyei, and the 14-Mile Area⁶³, where the SDBZ should extend 14 miles south of a border located along the River Kiir”⁶⁴.

De forma a controlar a implementação real e eficaz desta medida, os dois países ajustaram também a operacionalização de um *Joint Border Verification and Monitoring Mechanism* (JBVMM), constituído por representantes das duas partes e por observadores independentes, que em conjunto com o *African Union High-level Implementation Panel*

⁶³ Área localizada entre Bahr El Ghazal e a região do Darfur Este.

⁶⁴ *The 14-Mile Area*, Human Security Baseline Assessment for Sudan and South Sudan. [Consultado em <http://www.smallarmssurveysudan.org/facts-figures/borderdisputed-areas/14-mile-area.html> a 20 de agosto de 2015]

(AUHIP), teria como missão projetar, defender e controlar o perímetro da área desmilitarizada, desenvolvendo mecanismos de verificação e supervisão da mesma.

Em geral, as disposições dos acordos de 2012 podem ser resumidas em questões que dizem sobretudo respeito “à *segurança, à cooperação económica, em particular a exportação do petróleo produzido em Juba (capital do Sudão Sul) via Cartum (capital sudanesa), à circulação e ao tratamento dos seus respectivos cidadãos nos dois Estados, bem como ao comércio e à cooperação bancária*”⁶⁵, numa tentativa conjunta de moldar o relacionamento entre os dois governos. No entanto, existem algumas dinâmicas que têm bloqueado a eficaz implementação dos acordos de 2012, permanecendo um clima de tensão no seu relacionamento bilateral tendo em conta a existência de algumas questões de particular importância que ficariam por resolver, cabendo aos representantes dos dois países a tentativa de concluir processos negociais fundamentais para o seu futuro.

3.2. Questões bilaterais pendentes entre as duas nações

3.2.1. Dois países, uma fonte de recursos: a disputa pelo petróleo

País rico em recursos naturais, a antiga República do Sudão tornou-se uma região de interesse internacional após a descoberta de petróleo na década de 70. A importância do achado levou à criação do *Petroleum Resources Act* de 1972, que estipulava “*that all petroleum found on Sudanese territory was the property of the state. Oil companies could receive the status of a leaser with the exclusive right to oil exploitation.*”⁶⁶, sendo mais tarde incorporada uma cláusula que estabelecia a criação da *General Petroleum Corporation* (GPC), tornando-se ponte entre o governo e as empresas petrolíferas. A descoberta levou, ainda, o governo sudanês a redefinir as fronteiras entre o norte e o sul, promovendo a fundação da província de Unidade que ligava os campos do Cordofão à região sul do país.

Durante o período da Segunda Guerra Civil (1983-2004) várias foram as companhias que iniciaram a exploração e produção de petróleo nas áreas em conflito junto à fronteira entre o norte e o sul, de onde grande parte da população fugira para escapar à

⁶⁵ Agência de Informação de Moçambique, *Sudão e Sudão do Sul assinam acordo para implementar plano do ACP*, Moçambique, 2013. [Consultado em <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/715613032013123201.html> a 19 de agosto de 2015]

⁶⁶ GRAWERT, Elke, ANDRA, Christine, *brief 48 - Oil Investment and Conflict in Upper Nile State, South Sudan*, Bonn International Center for Conversion, Germany, 2013, p. 17. [Consultado em https://www.bicc.de/uploads/tx_bicctools/BICC_brief_48.pdf a 22 de julho de 2015]

violência. A primeira a obter a concessão foi a companhia norte-americana *Chevron Overseas Petroleum*, que iniciou a exploração em Bentiu no ano de 1978, investindo cerca de 900 mil milhões de dólares na exploração dos recursos fósseis. Com a escalada do conflito, a empresa norte-americana abandona definitivamente o território sudanês em 1984, permitindo a entrada de companhias paraestatais da China e da Malásia que em conjunto com a firma petrolífera estatal sudanesa, *Sudapet*, formariam dois consórcios petrolíferos, a *Greater Nile Petroleum Operating Company* (GNPOC) e a *Petrodar Operating Company* (PDOC).

A GNPOC seria a primeira empresa com intervenção estatal a iniciar a exploração e exportação petrolífera sudanesa em 1999, ano da inauguração do oleoduto que une os campos de petróleo de Heglig e Unidade ao terminal marítimo sudanês de Marsa Bashayir (ver Anexo 6). Com uma produção estimada em 250 000 barris de crude por dia, o novo oleoduto permitiu ao Sudão obter pela primeira vez um *superavit* comercial e um crescimento económico de 6% em menos de um ano. Por sua vez, a PDOC iniciou a sua exploração no Estado do Alto Nilo, investindo na criação de infraestruturas, incluindo de um segundo oleoduto, inaugurado em 2006, que faz a ligação dos campos petrolíferos de Paloic e Adar ao porto sudanês de Marsa Bashayir.

Através do investimento de companhias estrangeiras, o Sudão conseguiu manter na região norte as principais infraestruturas necessárias à refinação e circulação do petróleo, mantendo o sul dependente da sua cooperação para poder exportar recursos, já que os oleodutos que ligam as fontes de exploração sul-sudanesas à saída para o Mar Vermelho passam inteiramente pelo território do vizinho Sudão, necessitando da sua autorização e das suas infraestruturas para fazer circular o produto⁶⁷ (ver Anexo 7).

Apesar da grande variedade de recursos presentes na região sul, a verdade é que durante os anos de guerra civil esta não obteve qualquer lucro proveniente dos seus campos petrolíferos. De facto, todos os rendimentos originários da sua exploração seguiam para Cartum, tornando o sul numa região empobrecida, altamente dependente da agricultura e da importação de alimentos e mercadorias para subsistir. Apenas em 2005, com a implementação do CPA e do protocolo de *Wealth-Sharing*, a situação seria invertida, passando o governo da Região Autónoma do Sul a receber 49% dos lucros do

⁶⁷ GRAWERT, Elke, ANDRA, Christine, *brief 48 - Oil Investment and Conflict in Upper Nile State, South Sudan*, Bonn International Center for Conversion, Germany, 2013, p. 24. [Consultado em https://www.bicc.de/uploads/tx_bicctools/BICC_brief_48.pdf a 22 de julho de 2015]

petróleo produzido, tal como o Governo sudanês, devendo os 2% restantes ser utilizados para compensar as regiões petrolíferas e ajudar ao seu desenvolvimento⁶⁸.

Após a secessão, o Sudão do Sul tomou posse da totalidade dos seus campos petrolíferos, levando o Sudão a perder $\frac{3}{4}$ das reservas de petróleo que anteriormente detinha, mantendo somente a posse de alguns campos petrolíferos e refinarias em Heglig, Al Najma, Bursaya e Hadida. A disputa pelo petróleo tornou-se, então, numa contenda pelos recursos necessários para o desenvolvimento de ambos os países. As elevadas perdas económicas, provocadas pela separação, levaram ao enfraquecimento da economia sudanesa e ao início de uma ronda de negociações entre ambos os governos de forma a garantir o pagamento de direitos de passagem do petróleo sul-sudanês pelos oleodutos sudaneses. A dificuldade em chegar a um consenso levou o governo do Sudão a confiscar, em 2012, parte do petróleo do Sudão do Sul que circulava nos seus oleodutos, acusando-o de ter falhado no pagamento das taxas de trânsito e de utilização.⁶⁹ A discórdia acabou mesmo por chegar à violência nas regiões de Heglig e Bentiu, obrigando o governo do Sudão do Sul a paralisar a exploração do petróleo durante um período de aproximadamente 8 meses (janeiro a setembro de 2012) e a impedir, também, a exportação de petróleo pelo porto de Marsa Bashayir, acusando-o do roubo de petróleo num valor de 815 milhões de dólares⁷⁰.

Com o objetivo de ultrapassar o problema, ambos os países encetaram negociações no âmbito dos acordos de pós-sucessão, destinados a garantir a aplicação do CPA de 2005. O acordo final de 2012 sobre a exportação de petróleo do Sudão do Sul, através dos oleodutos sudaneses, só viria a ser implementado a partir de 13 de março de 2013, sob a supervisão do ex-Presidente sul-africano Thabo Mbeki, chefe do AUHIP, e da presidência da IGAD, exercida pela Etiópia, através do Primeiro-ministro Hailemariam Desalegn, e do Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para o Sudão e Sudão do Sul, o diplomata eritreu Haile Menkarios. Sob proposta prévia do AUHIP, os dois governos acordaram os valores que o governo do Sudão do Sul deveria pagar ao

⁶⁸ COPNALL, James, *A Poisonous Thorn in Our Heart, Sudan and South Sudan's Bitter and Incomplete Divorce*, Hurst Publishers, London, 2014, p. 94.

⁶⁹ GRAWERT, Elke, ANDRA, Christine, *brief 48 - Oil Investment and Conflict in Upper Nile State, South Sudan*, Bonn International Center for Conversion, Germany, 2013, p. 26. [Consultado em https://www.bicc.de/uploads/tx_bicctools/BICC_brief_48.pdf a 22 de julho de 2015]

⁷⁰ COPNALL, James, *A Poisonous Thorn in Our Heart, Sudan and South Sudan's Bitter and Incomplete Divorce*, Hurst Publishers, London, 2014, p.97.

Sudão, respetivamente, pelas taxas de processamento⁷¹, transporte⁷² e trânsito de crude/petróleo. Ficou ainda acordado o pagamento de 3 028 mil milhões de dólares ao Sudão através de um *Transitional Financial Arrangement*, de forma a ajudar o país na sua transição económica.

Apesar dos acordos de 2013 terem sortido algum efeito, contribuindo para o apaziguamento e desenvolvimento das relações económicas entre Sudão e Sudão do Sul, a verdade é que os dois países permanecem interdependentes a nível económico o que se poderá tornar prejudicial caso surjam novas disputas bilaterais. Compreendendo a necessidade de se prosseguirem novas soluções para o desenvolvimento das respetivas indústrias petrolíferas, ambos os governos têm apostado no estabelecimento e consolidação de laços económicos com outros países.

Em março do presente ano, o ministro sudanês do Petróleo anunciou oficialmente o início da exploração petrolífera na região de Darfur, mais precisamente no campo petrolífero *Sifyan* onde haviam sido descobertas vastas reservas petrolíferas. Em declarações prestadas a 18 de março, o ministro de Estado sudanês, Mohamed Awad, declarou a finalização da construção de infraestruturas petrolíferas e de um novo oleoduto com 64 km de comprimento, ligando o poço de *Sifyan* às centrais elétricas e estações de tratamento do país.⁷³ Pela mesma altura, a 26 de março, a empresa sudanesa *Sudapet* assinou um acordo com duas empresas petrolíferas nigerianas (*Express* e *Misana*) para a partilha da produção de petróleo na zona sul de Kuséti (região do Nilo Branco). Segundo Mohamed Awad, este novo acordo comprova a existência de quantidades significativas de hidrocarbonetos na região. O ministro aproveitou a ocasião para anunciar a futura

⁷¹ Taxa de processamento: “4.1.1 (...) a processing fee of (...) (USD 1.60\$/bbl.) for the GoRSS Entitlement Volumes for processing services in the GNPOC processing facilities. 4.1.2 (...) a processing fee of (...) (USD 1.60\$/bbl.) for the GoRSS Entitlement Volumes for processing services in the Petrodar processing facilities”. Agreement between the Government of the Republic of South Sudan and the Government of the Republic of the Sudan on Oil and Related Economic Matters, p. 6. [Consultado em http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SD%20SS_120927_Agreement%20on%20oil%20and%20related%20economic%20matters.pdf a 20 de agosto de 2015].

⁷² Taxa de transporte: “4.2.1 (...) a transportation tariff of (...) (USD 8.40\$/bbl.) for the GoRSS Oil Entitlement Volumes for transportation services in the GNPOC transportation facilities. 4.2.1 (...) a transportation tariff of (...) (USD 8.40\$/bbl.) for the GoRSS Oil Entitlement Volumes for transportation services in the Petrodar transportation facilities”. Idem, pp.6-7.

⁷³ “Sudão explora primeiro poço de petróleo em Darfur” in *Panapress*, Tunísia, 18 de março de 2015. [Consultado em <http://www.panapress.com/Sudao-explora-primeiro-poco-de-petroleo-em-Darfur--3-630428529-45-lang4-index.html> a 30 de agosto de 2015]

construção de cinco novos poços de petróleo, sem precisar, no entanto, a sua localização.⁷⁴

Recentemente, a China, maior investidor estrangeiro do Sudão, demonstrou também interesse em permanecer ligada ao país, anunciando no passado dia 9 de setembro de 2015 uma nova parceria estratégica para a criação de projetos de exploração de fontes petrolíferas e gás natural no país, nas regiões do Mar Vermelho, Sinnar e Cordofão Oeste. De acordo com a agência de notícias *Suna*, citando o ministro Mohamed Awad, "*China has agreed to enter into new oil exploration projects and expand its oil operations in the country*", concordando ainda "*to introduce the natural gas processing technology to increase the production*"⁷⁵.

Por sua vez, o Sudão do Sul tenta encontrar novas rotas alternativas para o transporte do petróleo, procurando reduzir a sua dependência face ao Sudão. Nos últimos anos o país tem apostado no desenvolvimento de projetos para a construção de centrais termoelétricas e hidroelétricas, contando com investimentos do Egito e da Etiópia. Também tem existido uma aposta na criação de infraestruturas petrolíferas, tendo o país assinado, em setembro de 2012, um acordo para construir um novo oleoduto que deverá passar pela Etiópia e pelo Djibuti. Na mesma altura, o Sudão do Sul contava ainda assinar um acordo semelhante com o Quênia, introduzindo planos para a edificação de um novo oleoduto destinado a ligar o país ao porto queniano de Lamu.⁷⁶ No entanto, com o evoluir do conflito interno que assola o país e com a descida dos preços do petróleo, o setor petrolífero sul-sudanês tem vindo a sofrer uma retração dos investimentos estrangeiros.

Em janeiro de 2015, o ministro do Petróleo e das Minas sul-sudanês, Stephen Dhieu Dau, comunicou a descida de cerca de 1/3 dos rendimentos nacionais provenientes do petróleo e da existência de prejuízos em vários campos petrolíferos⁷⁷, situação que levou a uma quebra da produção que baixou dos 250 000 barris diários, em 2013, para os

⁷⁴ "Empresas petrolíferas do Sudão e da Nigéria partilham produção de petróleo" in *Panapress*, Tunísia, 27 de março de 2015. [Consultado em <http://www.panapress.com/Empresas-petroliferas-do-Sudao-e-da-Nigeria-partilham-producao-de-petroleo--3-630429956-45-lang4-index.html> a 30 de agosto de 2015]

⁷⁵ "Sudan announces new partnership with China in oil, gas fields" in *China Daily.com*, 9 de setembro de 2015 [Consultado em http://www.chinadaily.com.cn/business/2015-09/09/content_21831882.htm a 14 de setembro de 2015]

⁷⁶ KRUMOVA, Kremena, "Acordo sudanês de petróleo, um passo trepidante em direção à paz" in *Epoch Times*, 16 maio de 2013. [Consultado em <https://www.epochtimes.com.br/acordo-sudanes-de-petroleo-um-passo-trepidante-em-direcao-a-paz/#.Vfcdp39Viko> a 20 de junho de 2015]

⁷⁷ "Receitas petrolíferas baixam no Sudão do Sul por guerra e queda de preços" in *Panapress*, 4 de janeiro de 2015. [Consultado em <http://www.panapress.com/Receitas-petroliferas-baixam-no-Sudao-do-Sul-por-guerra-e-queda-de-precos--3-630417464-45-lang4-index.html> a 20 de agosto de 2015]

160 000 no primeiro semestre de 2015, “*mainly due to a shut-down of fields in Unity State, which occurred when the operator ONGC Videsh, part of Indian National Oil Company, pulled out at the beginning of 2014*”⁷⁸. Na tentativa de recuperar o setor petrolífero, o governo sudanês tem procurado obter empréstimos de emergência na ordem dos 200 mil milhões de dólares junto das empresas petrolíferas da China, Malásia e Índia presentes no território, a situação débil do país tem contudo dificultado o processo.⁷⁹ Atualmente existe o receio de que a crise económica sul-sudanesa possa colocar novamente em causa as suas relações económicas com o Sudão, podendo eventualmente despoletar um novo conflito, cujos impactos seriam devastadores num país internamente fragilizado.

3.2.2. Conflitos fronteiriços: obstáculos à delimitação de uma nova fronteira⁸⁰

Quando analisamos as principais regiões de choque entre Sudão e Sudão do Sul, denotamos a existência de uma predominância de conflitos na região da antiga fronteira interna norte-sul. De facto, os conflitos no Sudão nunca se trataram apenas de simples questões bilaterais, mas sim de problemas enraizados na sua História desde o período do co-domínio anglo-egípcio, altura em que norte e sul foram oficialmente divididos em duas áreas distintas.

Com a independência do Sudão, em 1956, a delimitação existente seria desmantelada, com o intuito de criar um país unificado. No entanto, rapidamente se tornaram evidentes as diferenças entre as duas regiões, delimitando-se uma nova linha divisória entre ambas (ver Anexo 4). Se por um lado, na região norte se encontravam as principais riquezas e os órgãos administrativos do país, por outro, o Sul encontrava-se empobrecido, depauperado em termos de infraestruturas e dividido em inúmeras tribos. As discrepâncias existentes entre norte e sul levaram, desde cedo, ao despoletar de conflitos junto das áreas fronteiriças dada a incapacidade de definição sobre a região a que as mesmas deveriam pertencer. Mais tarde, com a descoberta de petróleo, assistiu-se

⁷⁸ Matthew Jurecky citado em LEWIS, Kim, “Conflict Stifles South Sudan’s Oil Industry” in *Voice of America*, 13 de julho de 2015. [Consultado em <http://www.voanews.com/content/oil-conflict-revenue-investment-production-instability-sudan-globaldata/2859593.html> a 20 de agosto de 2015]

⁷⁹ “South Sudan’s loan requests to oil companies rebuffed” in *Radio Tamazuj*, Juba, 25 de agosto de 2015. [Consultado em <https://radiotamazuj.org/en/article/south-sudan%E2%80%99s-loan-requests-oil-companies-rebuffed> a 10 de setembro de 2015]

⁸⁰ Os termos “demarcação” e “fronteira”, referidos ao longo do texto, correspondem às definições acordadas pelos governos do Sudão e Sudão do Sul no *Agreement on the Demarcation of the Boundary* firmado a 13 de março de 2012. “*Delimitation: the legal description of a boundary in text or maps*”. “*Boundary: the line that marks the physical limits of a State’s territory and sovereignty*”.

a um escalar da violência uma vez que os recursos fósseis, vitais para ambas as regiões, se encontravam principalmente nas áreas limítrofes da linha divisória, designadamente Bentiu e Heglig (zona reclamada por ambas as partes).

O primeiro passo para a pacificação das relações norte-sul foi dado em 2005 com a assinatura do CPA, onde os líderes de ambas as partes se comprometeram a terminar a guerra civil. No entanto, as incertezas na demarcação da fronteira permaneceram, uma vez que *“many of the contested border regions created disputes over land rights that, while vital to the local populations, did not appear so important from the point of view of national politics. Indeed, recent conflicts in Abyei, South Kordofan, and Blue Nile indicate that the problems do not stem from poor border demarcation but from much more fundamental differences”*⁸¹ (ver Anexo 8).

De facto, um dos principais pontos de divergência entre os dois países diz respeito ao distrito de Abyei, localizado no estado do Cordofão do Sul. Detentor de um estatuto de “área administrativa especial” desde a assinatura do CPA, em 2005, a região de Abyei aguarda ainda a realização de um referendo que deverá decidir a sua inclusão no território do Sudão do Sul ou permanência no Sudão. Apesar de, no quadro do Protocolo de Abyei⁸² o governo sudanês e o SPLM/A terem estipulado a realização do supracitado referendo na mesma altura do referendo relativo à autodeterminação do Sul, a verdade é que a sua posição geográfica e riqueza têm levado a uma disputa prolongada entre as Forças Armadas Sudanesas e o SPLM/A.

Na origem deste conflito está o momento em que o Sudão do Sul definiu a região enquanto parte do seu território no então projeto de Constituição⁸³, dificultando o

⁸¹ OTTAWAY, Marina; EL-SADANY, Mai, “Sudan: From Conflict to Conflict” in *The Carnegie Papers*, Carnegie: Endowment for International, Washington DC, 2012, p. 4. [Consultado em http://carnegieendowment.org/files/sudan_conflict.pdf a 20 de julho de 2015.]

⁸² Protocolo assinado em 2004 no âmbito do CPA. Previa a implementação de uma área administrativa especial na região de Abyei com duração prevista até 2011, a criação da *Abyei Borders Commission* encarregue de definir as fronteiras, a divisão dos lucros petrolíferos recolhidos no território e a realização de um referendo em 2011 para determinar se Abyei faria parte do norte ou do sul. Para mais informações consultar: <https://unmis.unmissions.org/Portals/UNMIS/Fact%20Sheets/FS-abyeiprotocol.pdf>

⁸³ “Article 1 (2) of Part I of the Provisional Constitution of South Sudan provides: The territory of the Republic of South Sudan comprises all lands and air space that constituted the three former Southern Provinces of Bahr el Ghazal, Equatoria and Upper Nile in their boundaries as they stood on January 1, 1956, and the Abyei Area, the territory of the nine Ngok Dinka chiefdoms transferred from Bahr el Ghazal Province to Kordofan Province in 1905 as defined by the Abyei Arbitration Tribunal Award of July 2009.” *The Transitional Constitution of the Republic of South Sudan*, 9 de julho de 2011, art. 1 (2). [Consultado em http://www.sudantribune.com/IMG/pdf/The_Draft_Transitional_Constitution_of_the_ROSS2-2.pdf a 23 de julho de 2015]

processo de delimitação da região e originando a deslocação forçada de milhares de habitantes para o Sudão do Sul.⁸⁴

Perante o impasse na definição do estatuto final da região, a população de Abyei, contando com o apoio do AUHIP, realizou um referendo em outubro de 2013 onde ficou clara a vontade da região em se tornar parte do Sudão do Sul, com 99% dos votos a favor da anexação. No entanto, tanto o Sudão como o Sudão do Sul recusaram reconhecer a legitimidade do respetivo referendo, considerando-o uma iniciativa unilateral levada a cabo pelo poder local. Apesar da mediação do NSTBC e da tentativa de chegar a um acordo sobre a delimitação da região de Abyei (ver Anexos 9 e 10), a verdade é que até ao momento, “*No amount of protocols, agreements on referendum, international arbitration, nor pressure on the parties from the African Union (AU) has succeeded in breaking the impasse over this matter*”⁸⁵.

Em paralelo, as designadas “Duas Áreas”, compostas pelo Nilo Azul e Cordofão do Sul (estados ricos em petróleo, minerais e terras férteis), continuam a constituir-se também como uma razão de confrontos entre os governos do Sudão e Sudão do Sul. Apesar de ambas pertencerem oficialmente ao território do Sudão, sendo por conseguinte considerados conflitos internos, a sua localização geográfica, e a existência de muitas tribos que se aliaram ao SPLM/A durante a guerra civil, tem-nas tornado áreas fronteiriças problemáticas. O aparecimento do *Sudan People's Liberation Movement North* (SPLM-N - facção do SPLM/A) veio impulsionar o agudizar da tensão entre norte e sul, levando mesmo o presidente sudanês a acusar publicamente o Sudão do Sul de apoiar milícias rebeldes.

Apesar de em 2011 os dois governos terem assinado o *Two Areas Framework Agreement*, comprometendo-se a cessar-fogo e criar um *Joint Political Committee* e um *Joint Security Committee* para as regiões do Nilo Azul e do Cordofão do Sul, a verdade é que os conflitos permanecem levando a estado de guerra entre os dois países. Enquanto no Nilo Azul o cerne da disputa estará ligado à incapacidade da região em finalizar as consultas populares estabelecidas durante o CPA – dada a inexistência de um consenso

⁸⁴ SOLOMON, Daniel, *Year of a Nation – South Sudan's Independence: a compendium of pieces from e-International Relations*, Revising Our Strategic Outlook in the Two Sudans, Series editor: Al McKay, 2012, pp. 25-26. [Consultado em <http://www.e-ir.info/wp-content/uploads/Sudan-publication.pdf> a 25 de julho de 2015]

⁸⁵ LYMAN, Princeton N., “Sudan-South Sudan: The Unfinished Tasks” in *American Foreign Policy Interests: The Journal of the National Committee on American Foreign Policy*, volume 35, nº 6, Routledge, USAS, 2013, p. 337.

da Assembleia Estatal sobre a partilha do poder e dos recursos, a distribuição de terras ou o futuro dos membros do SPLM/A que habitam na região – no Cordofão do Sul a instabilidade, quase sistêmica e consequente de conflitos ininterruptos, tem impossibilitado o traçar de uma solução para a região. A dificuldade sudanesa em conter as disputas e o alegado apoio do Sudão do Sul às milícias têm provocado um impacto direto na segurança dos dois países afetando simultaneamente as suas relações.

Na tentativa de encontrar uma solução para as questões securitárias nas “Duas Áreas”, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) reiterou, em dezembro de 2014, a necessidade dos dois países implementarem plenamente o JVBMM e a SDBZ, mecanismos conjuntos acordados na pós-secessão. Além disso, instou as partes a operacionalizarem efetivamente a proposta tripartida das Nações Unidas, Liga Árabe e União Africana (UA) para o estabelecimento de um corredor humanitário a partir do Sudão para facilitar o acesso de organizações humanitárias às populações afetadas nas “Duas Áreas” e no Sudão do Sul. Esta proposta, acordada em 2012, continua por implementar devido às constantes exigências apresentadas pelo Sudão.

Atualmente as questões fronteiriças permanecem num impasse, cabendo à SDBZ garantir a segurança das regiões fronteiriças e evitar novos confrontos entre as Forças Armadas Sudanesas e o SPLA. No entanto, à medida que a tensão vai aumentando na fronteira e se desenvolvem novos grupos armados como a *Sudan Revolutionary Front*⁸⁶, ambas as partes continuam a violar a SDBZ e o JVBMM, tornando impossível proceder eficazmente a missões de *peacekeeping*.

Enquanto a UA defende a criação de uma “*soft border*’ *permitting and regulating the free movement of people, herds and goods, access to grazing and water resources for livestock*”⁸⁷, alguns analistas têm levantado a hipótese do CSNU mandar a “*UNISFA*”⁸⁸ *to monitor the border independently from the parties, including monitoring violations of the Sudan-South Sudan Cooperation Agreement and the South Sudan Cessation of*

⁸⁶ Composta por organizações, partidos e grupos rebeldes das regiões do Cordofão do Sul, Nilo Azul e Darfur em oposição ao governo de Cartum.

⁸⁷ BELLONI, Roberto, “The Birth of South Sudan and the Challenges of Statebuilding” in *Ethnopolitics: Formerly Global Review of Ethnopolitics*, Vol.10, Issue. 3-4, Routledge, London, 2011, p.420.

⁸⁸ A *United Nations Interim Security Force for Abyei* (UNISFA) foi criada antes da independência do Sudão do Sul, após acordo entre o governo de Cartum e o governo da Região Autônoma do Sudão do Sul para a desmilitarização da região de Abyei e permissão para que tropas da Etiópia procedessem à monitorização da sua implementação. A UNISFA tem mandato para monitorizar as tropas presentes na região e recorrer à força para proteger civis ou trabalhadores das missões humanitárias.

Hostilities Agreement”⁸⁹. Contudo, até ao momento, a UNISFA mantém a sua missão de *peacekeeping* em Abyei tendo sido estendida a sua duração até 15 de dezembro de 2015 através da Resolução 2230 (2015) do CSNU.

3.3. Situação interna atual do Sudão e Sudão do Sul

3.3.1. República do Sudão

Omar al-Bashir através do *National Congress Party* (NCP) permanece, desde 1989, na liderança do governo, conduzindo de forma autoritária um sistema político que procura assumir-se enquanto regime presidencialista democrático com traços de consociativismo⁹⁰. O Presidente da República, na prática, concentra toda a força política, sendo Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, chefe do governo e principal representante do Estado. O NCP domina a Assembleia Nacional e o Conselho de Estado num poder legislativo dividido em duas câmaras. Neste ano de 2015, al-Bashir foi reeleito (pela segunda vez desde 1989) com mais de 90% dos votos, em eleições contestadas por corromperem os princípios democráticos.⁹¹

Fazendo fronteira com o Egito, a Líbia, a Etiópia, o Sudão do Sul e o Chade (ver Anexo 11), as suas relações internacionais são marcadas pelo isolamento face a países ocidentais. Constituindo-se um país⁹² seriamente fragmentando (com mais de 597 subgrupos étnicos e cerca de 400 dialetos distintos para além da língua oficial, o inglês), o Sudão caracteriza-se pela existência de uma economia muito dependente dos recursos petrolíferos, da pecuária e da agricultura, e igualmente dependente da importação não só de bens e serviços, mas também de produtos alimentares, assegurada pelos seus principais parceiros comerciais (China, Japão, Arábia Saudita, Egito e Índia).

⁸⁹ “Sudan and South Sudan’s Merging Conflicts”, *Crisis Group Africa Report N° 223*, Brussels, 29 January 2015, p.24. [Consultado em <http://www.crisisgroup.org/~media/Files/africa/horn-of-africa/south%20sudan/223-sudan-and-south-sudan-s-merging-conflicts.pdf> a 30 de agosto de 2015]

⁹⁰ Forma de governo que procura garantir a representação de todos os grupos étnicos e religiosos que compõe um país. Tem como principal objetivo assegurar a estabilidade governativa, promovendo uma manutenção do equilíbrio de interesses, de forma a evitar conflitos em comunidades nacionais marcadas pela divisão.

⁹¹ ROCHA, João Manuel, “Omar al-Bashir reeleito no Sudão em eleições boicotadas” in *O Público*, 27 de Abril de 2015, edição *online*. [Consultado em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/omar-albashir-reeleito-no-sudao-em-eleicoes-boicotadas-pela-oposicao-1693782> a 1 de Setembro de 2015]

⁹² É constituído por 15 Estados: Nilo Azul, Gedarif, Gezira, Kassala, Cartum, Darfur do Norte, Norte, Cordofão do Norte, Mar Vermelho, Rio Nilo, Sennar, Darfur do Sul, Cordofão do Sul, Darfur Ocidental e Nilo Branco.

Com a independência do Sudão do Sul, em 2011, e a consequente perda de recursos petrolíferos, a República do Sudão enfrenta uma grave crise económico-financeira, lutando para estabilizar o seu sistema económico e desenvolver novas fontes de rendimento. Nesse sentido, o regime de al-Bashir tem vindo a enfraquecer, como consequência das medidas de austeridade impostas à população, das sanções económicas internacionais e da inflação galopante que atingiu os 47% em 2012 e os 37% em 2014, desvalorizando profundamente a libra sudanesa face ao dólar.

Apesar da crescente necessidade de investimento estrangeiro, o país tem sofrido os efeitos do seu isolamento externo, enfrentando sanções económicas, financeiras e comerciais por parte dos EUA, da UE e do CSNU, bem como o retrocesso de investimentos provenientes da UE dada a sua posição de não ratificação da revisão do Acordo de Cotonu⁹³. Segundo o CIA World Factbook, “*Sudan is an extremely poor country that has experienced protracted social conflict, civil war, and, in July 2011, the loss of three-quarters of its oil production due to the secession of South Sudan.*”⁹⁴ Não espantam, portanto, as manifestações civis recorrentes contra o aumento dos preços dos bens de primeira necessidade e a redução da qualidade de vida em geral, que têm provocado reacções violentas por parte do regime e que, ao mesmo tempo, têm perturbado a unidade do partido no poder (NPC) perante o surgimento de algumas cisões internas, colocando em causa a legitimidade política e governativa de al-Bashir.

Tão ou mais importante são as insurreições militares em territórios próximos do Sudão do Sul, nomeadamente no Darfur, Cordofão do Sul, Nilo Azul e em Abyei. Estes conflitos de natureza política, étnica, religiosa e económica continuam a tirar a vida a milhares de pessoas e a criar um vasto número de deslocados internos. Também a segurança interna do país se encontra fragilizada dada a incapacidade do governo em pôr termo ao conflito que teve início em 2003 na região de Darfur⁹⁵. Apesar das várias

⁹³ “O Acordo de Cotonu tem como principais objetivos a redução da pobreza e, a prazo, a sua erradicação e a integração progressiva dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) na economia mundial, em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável.” “Acordo de Cotonu” in *EUR- Lex Access to European Union Law*. Para mais informações consultar: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=URISERV:r12101&from=PT>

⁹⁴ The World Fact Book in Central Intelligence Agency. [Consultado em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/su.html> a 30 de agosto de 2015]

⁹⁵ A região do Darfur é muitas vezes descrita como um “mosaico étnico”. A região central é habitada por tribos de agricultores sedentários que falam dialetos próprios (Fur, Masalit, Tama, Qimr e Mima), enquanto na região sul residem tribos que se dedicam à pastorícia nómada e que adotaram a língua árabe (Baqqara, Bani Halba, Habbaniyya, Rizayqat e Taashi). As diferenças étnicas latentes, o pouco investimento do governo na região e a vontade da mesma em se tornar independente do Sudão terão servido de mote à criação de grupos rebeldes e ao início do conflito. O mesmo assume não só uma vertente étnica –

tentativas levadas a cabo pela comunidade internacional, e da criação em 2007 de uma missão híbrida de *peacekeeping* na região, a *African Union-United Nations Mission in Darfur* (UNAMID), o conflito permanece enraizado na história recente do país, marcado por impasses na implementação, como se tem vindo a expor, de acordos duradouros que permitam o regresso à paz no território.

De facto, segundo dados recolhidos pelo *United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs* (OCHA), em julho de 2015, estima-se a existência de pelo menos 3 milhões de deslocados internos, sendo a maioria proveniente do Darfur e das regiões do Nilo Azul e do Cordofão do Sul, onde a ajuda humanitária tem sido incapaz de intervir eficazmente devido à escalada da violência e à inexistência de infraestruturas ou serviços básicos. Até à data, verificava-se ainda a existência de 350 mil sul-sudaneses a habitar no Sudão em risco de perder a sua nacionalidade devido à ineficaz implementação do *Four Freedoms Agreement* de 2012. Ainda de acordo com dados recolhidos pelo OCHA, calcula-se que cerca de 5,4 milhões de pessoas necessitem de ajuda humanitária devido à insegurança alimentar crónica e aos conflitos internos que fustigam a população. De forma a fazer face à crise humanitária, tanto a Alemanha, como o Reino Unido doaram cerca de 12 milhões de euros ao Fundo Humanitário Comum do Sudão⁹⁶ no início de 2015.

Em maio de 2015, o governo sudanês deu o primeiro passo para possibilitar o regresso de refugiados e deslocados internos às suas províncias de origem. Em reunião tripartida com o Chade e a *United Nations Refugee Agency* (ACNUR), o governo de Cartum garantiu a facilitação do processo de retorno das populações afetadas, apelando ainda ao auxílio de organizações internacionais. No seguimento do pedido de auxílio, a UE anunciou, em julho, a atribuição, adicional, de 4 milhões de euros ao Sudão, aumentando o valor da ajuda anual atribuída ao país para os 32 milhões de euros. De acordo com o Comissário da UE para a Ajuda Humanitária e Gestão de Crises, Christos Stylianides, a verba será utilizada para responder às necessidades básicas mais urgentes

envolvendo disputas entre a população arabizada e a população “negra” –, mas também política – grupos rebeldes procuram recuperar a autonomia política do Darfur e acusam o governo de Cartum de favorecer as comunidades árabes locais marginalizando as restantes. Economicamente, prossegue o conflito entre pastores e agricultores pela posse dos diminutos recursos naturais da região, nomeadamente a água potável e a terra arável. Devido à complexidade do tema o conflito no Darfur não é abordado de forma detalhada neste relatório.

⁹⁶ Fundo comum de multidoadores criado em 2006 para apoiar ONG’s e agências da ONU na resposta às crises humanitárias no Sudão. Principais doadores: Austrália, Dinamarca, Irlanda, Noruega, Espanha, Reino Unido, Suíça, Suécia, Holanda.

da população (alimentação, saneamento e serviços de saúde)⁹⁷. Também o *United Nations World Food Programme* (WFP) se mostrou disposto a socorrer a população sudanesa com uma doação de 700 milhões de dólares para a realização de um programa de ajuda ao desenvolvimento em zonas destruídas por conflitos.

Noutro âmbito, após a onda de contestação que se seguiu às eleições de abril de 2015, Omar al-Bashir prometeu novas eleições livres para abril de 2016, com o objetivo de formular uma nova Constituição. Convidando todos os grupos e etnias do país a participarem, inclusive os rebeldes do Darfur, o presidente sudanês procura pôr termo ao impasse na implementação efetiva do *Documento de Doha para a Paz no Darfur* (DDPD)⁹⁸, promovendo, em simultâneo, o processo de diálogo nacional, que se pretende inclusivo e procura desenvolver desde setembro de 2014, após a assinatura de acordos sobre o Diálogo Nacional e o Processo Constitucional e a criação do *Sudan's National Dialogue Committee* ou (7+7).

Com início marcado para outubro de 2015 “*The broad national dialogue is aimed to include political parties and armed movements, in addition to civil society groups, to discuss and resolve all wars and crises in the country*”⁹⁹, contando com o apoio do AUHIP. Até ao momento, vários grupos de oposição têm recusado participar nas negociações, enquanto o *UMMA Party a Sudan Revolutionary Front* (coligação de grupos rebeldes) e as *National Consensus Forces* (coligação de partidos políticos) se mostram recetivos à tentativa de resolver os problemas internos do Sudão através do diálogo e negociação, esperando que o processo possibilite a implementação de reformas políticas necessárias para o desenvolvimento do país.

⁹⁷ “UE concede 4 milhões de euros de ajuda humanitária ao Sudão” in *Panapress*, Cartum, 22 de julho de 2015. [Consultado em <http://www.panapress.com/UE-concede-4-milhoes-de-euros-de-ajuda-humanitaria-ao-Sudao---3-630446318-51-lang4-index.html> a 3 de setembro de 2015]

⁹⁸ Este documento foi assinado em maio de 2011, no Qatar com o apoio da UNAMID, para colocar um ponto final a um conflito que já gerou mais de 300 mil mortos desde o seu início em 2003. Apesar da pressão externa para que todos os grupos rebeldes se comprometam a restaurar a paz no Darfur, o *Justice and Equality Movement* (maior movimento rebelde da região) ainda não assinou o documento, continuando a intensificar-se o conflito. Através da Resolução 2173 (agosto de 2014), o CSNU renovou o mandato da UNAMID por mais 10 meses, dando prioridade à proteção de civis e assistência humanitária; à mediação das relações entre grupos rebeldes não-signatários do DDPD e o governo de al-Bashir; à monitorização e verificação da implementação dos acordos produzidos. Em junho de 2015 o CSNU renovou por unanimidade o mandato da UNAMID. Com a adoção da resolução 2228 (2015) a missão foi prolongada por mais 12 meses, permanecendo no terreno sudanês até 30 de junho de 2016. Para consultar o documento para a Paz na íntegra: <http://unamid.unmissions.org/Portals/UNAMID/DDPD%20English.pdf>

⁹⁹ “Sudan’s national dialogue conference to start in October” in *Radio Tamazuj*, Cartum, 8 de agosto de 2015. [Consultado em <https://radiotamazuj.org/en/article/sudans-national-dialogue-conference-start-october> a 5 de setembro de 2015]

3.3.2. República do Sudão do Sul

Mais recente país a tornar-se independente¹⁰⁰, a 9 de julho de 2011, o Sudão do Sul (ver Anexo 12) enfrenta um processo evolutivo estagnado pela crise interna que se desenvolveu após o eclodir de uma guerra civil em dezembro de 2013. Este conflito é encabeçado por dois líderes políticos, outrora camaradas de armas no SPLM/A, o Presidente Salva Kiir e o seu ex-Vice-Presidente Riek Machar.

O confronto terá sido despoletado pela remodelação total do governo sul-sudanês em julho de 2013, após o Presidente ter acusado o seu Vice de ter liderado e planeado uma tentativa de golpe de Estado. O conflito evoluiu de um desentendimento partidário para um confronto violento de contornos étnicos, sendo descrito como uma luta entre tribos distintas pelo poder e a posse de recursos naturais. Estes contornos têm como base as divisões étnicas que marcam o território e que opõem sobretudo os *Dinka* (grupo étnico a que pertence o Presidente e que predomina no Governo e Exército do país) aos *Nuer* (etnia à qual pertence Riek Machar)¹⁰¹.

O conflito interétnico – marcado pela incitação pública ao ódio e à violência – ter-se-á iniciado na capital Juba, mas rapidamente alastrou a todo o país, tornando claras as divisões existentes. Em abril de 2014, a violência atingiu o seu pico após o massacre e assassinato de centenas de civis nas cidades de Bentiu (Estado de Unidade) e Bor (Estado de Jonglei). De acordo com a *United Nations Mission in the Republic of South Sudan* (UNMISS)¹⁰², cerca de 353 pessoas perderam a vida, enquanto outras 250 terão ficado feridas durante os ataques ocorridos nas duas cidades¹⁰³.

Apesar do entusiasmo com que a sua independência foi recebida pelos EUA e pela UE, a verdade é que o Sudão do Sul permanece um território problemático que enfrenta diariamente a guerra, a fome e a pobreza, liderando pelo segundo ano consecutivo a lista dos Estados mais frágeis segundo o Fundo para a Paz. Zlatko Gecic, diretor da Oxfam para o Sudão do Sul, afirmou ao jornal português *O Público*: “As pessoas no Sudão do

¹⁰⁰ É constituído por 10 Estados: Equatória Central, Equatória Ocidental, Jonglei, Lagos, Bahr El Ghazal do Norte, Unidade, Alto Nilo, Warab, Bahr El Ghazal Ocidental e Equatória Oriental.

¹⁰¹ Apesar das etnias Dinka e Nuer serem as maioritárias no Sudão do Sul, existem mais de 200 etnias no território onde se destacam os Aranda, Anwak, Shilluk e Bari.

¹⁰² UNAMISS foi criada em 2011 com o objetivo de consolidar a paz e segurança no país, promover o desenvolvimento económico e *statebuilding*, apoiar o governo sul-sudanês na resolução de conflitos e proteção de civis.

¹⁰³ United Nations Mission in the Republic of South Sudan, *Attacks on Civilians in Bentiu & Bor April 2014*, 9 January 2015. [Consultado em http://www.ohchr.org/Documents/Countries/SS/UNMISS_HRDJanuary2015.pdf a 25 de julho de 2015]

Sul estão actualmente cercadas em três frentes: aumento da insegurança alimentar, escalada dos combates e uma deterioração rápida da situação económica que está a conduzir mais pessoas para a pobreza.”¹⁰⁴.

Para além do conflito civil, o Sudão do Sul enfrenta graves problemas estruturais que têm condicionado não só a economia e a política interna, mas também a sua credibilidade e identidade enquanto Estado independente. Questões como a falta de capacidade institucional do Estado sul-sudanês, a necessidade de reformar as forças de segurança pública ou a tomada de medidas contra a corrupção e o nepotismo, que predominam no território, colocam o Sudão do Sul em risco de ser considerado um “Estado falhado”¹⁰⁵.

Com uma população em situação de pobreza extrema, sem acesso à saúde ou educação e dependente da agricultura de subsistência, o país não possui ainda infraestruturas de transporte, comunicações ou energia fora da sua capital, promovendo a marginalização das regiões periféricas e o fraco desenvolvimento dos setores industriais. Ainda que em 2014 as suas exportações tenham atingido os quase 6 mil milhões de dólares, obtendo a maior parte das suas fontes de rendimento através da extração mineral (diamantes, urânio, cobre e ouro) e petrolífera, o país apresenta uma grande dependência face à importação de bens, de serviços e de capitais, provenientes principalmente do Quênia, do Sudão e do Uganda.¹⁰⁶ O país conta ainda com ajudas importantes da UE, da África Oriental e dos EUA.

A situação interna do país é agravada diariamente em virtude da entrada de milhares de refugiados no país. De acordo com dados de agosto de 2015, recolhidos pelo OCHA, até ao momento haviam chegado ao país 265 300 refugiados provenientes principalmente do Sudão, da República Democrática do Congo, da Etiópia e da República Centro-Africana. Por sua vez, o número de refugiados que abandonaram o Sudão do Sul foi bastante superior, estimando-se que cerca de 616 010 pessoas tivessem abandonado o

¹⁰⁴ RIBEIRO, João R. “Sudão do Sul: o mais novo país do mundo já é um Estado falhado” in *Público*, 29 de Junho de 2015 [Consultado em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/sudao-do-sul-o-mais-novo-pais-do-mundo-ja-e-um-estado-falhado-1700386> a 7 de julho de 2015].

¹⁰⁵ “A nominally sovereign state that is no longer able to maintain itself as a viable political and economic unit. It is a state that has become ungovernable and lacks legitimacy in the eyes of the international Community”. GRIFFITHS, Martin, O’CALLAGHAN, Terry, ROACH, Steven, *International Relations: The Key Concepts*, 3^o edition, Routledge, New York, 2014, p.113.

¹⁰⁶The World Fact Book in Central Intelligence Agency. [Consultado em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/od.html> a 30 de agosto de 2015]

país para procurar refúgio na Etiópia (219 540), no Sudão (189 720), no Uganda (160 300) e no Quênia (46 460).

No entanto, são as deslocações internas da população sul-sudanesa que mais afetam o governo e demonstram a sua fragilidade. Devido à insegurança e ao difícil acesso a recursos vitais, estima-se que 1,6 milhões de pessoas tenham fugido principalmente dos estados de Abyei, Unidade, Alto Nilo, Jonglei e Lagos, procurando assistência em outras regiões do país ou em bases da ONU espalhadas pelo território. Outro dos dados que comprovam a fragilidade do governo sul-sudanês corresponde à existência de 4,6 milhões de pessoas a necessitar de ajuda alimentar urgente, num universo de cerca de 11 563 milhões de pessoas. De acordo com o Plano de Resposta Humanitária do Sudão do Sul, calcula-se que o país necessite de 1 632 mil milhões de dólares para apoio à população carenciada, no entanto, até agosto do presente ano apenas 52% dos fundos haviam sido angariados (845 milhões de dólares).

Embora a pressão externa se mantenha, a resolução pacífica dos confrontos tem sido até ao momento impossível de alcançar. Após o fracasso de oito acordos de cessar-fogo¹⁰⁷ entre os líderes das frentes em oposição, a comunidade internacional continua a acompanhar as negociações mostrando-se focada na assinatura de um acordo definitivo numa altura em que várias fações do SPLM/A acordaram a sua reunificação (21 de janeiro de 2015). No seguimento da assinatura de um novo acordo parcial entre Kiir e Machar sobre a partilha de poder e a criação de um governo de unidade nacional (em fevereiro), a UA deu a conhecer, em março de 2015, a sua vontade de expandir o número de mediadores internacionais envolvidos no processo negocial. Na mesma altura, foi anunciada a expansão do *Monitoring and Verification Mechanism for South Sudan* (MVM)¹⁰⁸, da IGAD, estabelecendo-se a estrutura “IGAD-Plus” constituída pela UA, UE, China, Tróica de enviados especiais dos EUA, da Noruega e do Reino Unido e pelo *IGAD Partners Forum*¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Os acordos de cessar-fogo entre os dois líderes, firmados entre janeiro de 2014 e agosto de 2015, foram todos violados poucas horas após a sua assinatura.

¹⁰⁸ Constituído por mediadores do Uganda, do Quênia, da Etiópia, do Sudão, do Djibouti e da Somália, o organismo foi criado em 2014, após a assinatura do *Cessation of Hostilities Agreement* entre o governo do Sudão do Sul e o SPLM/A. Tem na sua génese a missão de acompanhar as negociações de paz no Sudão do Sul, através da monitorização, investigação e relato do cumprimento do acordo assumido. Para mais informação consultar: <http://southsudan.igad.int/index.php/2014-08-07-10-16-26>

¹⁰⁹ Constituído pela Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Grécia, Alemanha, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido, EUA, Comissão Europeia, Organização Internacional para as Migrações, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Banco Mundial.

Face ao impasse que permanece e aos contínuos relatos de violações dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário, o CSNU adotou em março de 2015 a Resolução 2206, direcionada à aplicação de sanções individuais a todos os intervenientes que bloqueiem ou perturbem o processo de paz no país.

Com a assinatura do *Agreement for Resolution of the Conflict in the Republic of South Sudan*¹¹⁰, a 17 e 26 de agosto¹¹¹ do presente ano, parece surgir uma nova esperança para a resolução do conflito civil que já dura há 20 meses. O novo acordo procura definir os moldes em que a transição para a paz ocorrerá. Ambas as partes estabeleceram a criação de um *Transitional Government of National Unity* (TGoNU) mandatado para restaurar a paz e a segurança no país, facilitar o processo de reconciliação nacional, supervisionar o processo de elaboração da nova Constituição, gerir as reformas financeiras e institucionais, garantir a eficaz gestão das riquezas naturais do país, implementar novas reformas no setor da segurança e estabelecer uma Comissão Nacional de Eleições encarregue de levar a cabo eleições livres durante o período de transição do TGoNU.

O Governo e as forças rebeldes acordaram, ainda, a instauração de um cessar-fogo permanente, a criação das *National Defence Forces of South Sudan* (NDFSS) num prazo máximo de 18 meses e o estabelecimento de um tribunal judicial “híbrido” para investigar os responsáveis pelas violações do direito internacional desde o deflagrar do conflito. Questões humanitárias foram também acordadas, dando principal destaque à problemática dos refugiados e dos deslocados internos, atribuindo-lhes o direito a regressar ao país e adquirir a nacionalidade sul-sudanesa. De forma a iniciar a reconstrução de infraestruturas nacionais e implementação das novas reformas, ficou também acordada a criação de um *Special Reconstruction Fund* com apoio da comunidade internacional.

Apesar de ter assinado o acordo, o Presidente Salva Kiir mostrou o seu interesse em renegociar o memorando de entendimento. “*Criticando ‘cláusulas prejudiciais’ do acordo, Kiir entregou aos mediadores e aos dirigentes da região um documento de 12*

¹¹⁰ O acordo pode ser consultado na íntegra em http://www.sudantribune.com/IMG/pdf/final_proposed_compromise_agreement_for_south_sudan_conflict.pdf

¹¹¹ Riek Machar assinou a 17 de agosto de 2015, no entanto Salva Kiir só veio a assinar a 26 de agosto.

páginas sobre as reservas do seu governo”¹¹² incluindo temas como a retirada obrigatória das forças armadas presentes na capital ou a partilha do poder local na região petrolífera do Alto Nilo. A resposta internacional foi imediata, com o CSNU a estabelecer o dia 1 de setembro de 2015 como data limite para que o Presidente retirasse as reservas feitas ao acordo de paz. A pressão externa acabou mesmo por impulsionar o processo, conduzindo o Parlamento sudanês a ratificar, por unanimidade, a 10 de setembro de 2015, a aplicação do *Agreement for Resolution of the Conflict in the Republic of South Sudan*. Os próximos meses serão fundamentais para a real aplicação do acordo e da transição para a paz, aguardando-se com expectativa a evolução do processo.

¹¹² Agência Lusa, “*ONU exige que líder do Sudão do Sul retire reservas a acordo de paz com rebeldes*” in *Observador*, 26 de agosto de 2015. [Consultado em <http://observador.pt/2015/08/26/onu-exige-que-lider-do-sudao-do-sul- retire-reservas-a-acordo-de-paz-com-rebeldes/> a 29 de agosto de 2015]

CONCLUSÃO

O presente relatório procurou dar a conhecer o estágio curricular desenvolvido na Direção de Serviços da África Subsariana do Ministério dos Negócios Estrangeiros, enquanto componente não letiva do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Neste trabalho, dividido em três grandes capítulos, procurei conjugar o conjunto de conhecimentos e metodologias adquiridas ao longo da licenciatura e do mestrado, aplicando-os num contexto laboral e profissional.

Assim, a realização do estágio conferiu-me competências profissionais, deu-me a possibilidade de aplicar conhecimentos teóricos e proporcionou-me uma noção geral de aspetos técnicos inerentes às ações e às decisões que se tomam no plano internacional, bem como a hipótese de colaborar diretamente com profissionais da área científica em que me enquadro. Ao mesmo tempo, o facto de poder conhecer a forma como está organizada organicamente uma instituição pública, compreender os seus mecanismos de funcionamento e participar nas suas atividades, constituiu uma oportunidade única e uma experiência de muito relevo em termos académicos e profissionais. Devo destacar, por fim, como o formato do estágio possibilitou uma discência muito relevante no quadro do entendimento e compreensão da África Subsariana, área periférica do sistema internacional que nem sempre foi devidamente abordada no âmbito letivo.

Ainda que, face ao compromisso assumido em termos de reserva e sigilo profissional, não tenha tido a possibilidade de desenvolver com maior detalhe o conjunto de atividades realizadas, as mesmas garantiram-me uma experiência multifacetada, nomeadamente na recolha de instrumentos bilaterais (acordos e protocolos), na elaboração de fichas-síntese de vários países da África Subsariana, na análise de relações bilaterais entre países desta região e países terceiros, no auxílio à organização de reuniões, no apoio administrativo e logístico e na redação de projetos documentais diplomáticos (notas internas, pareceres e ofícios).

No quadro do estágio e das atividades desenvolvidas surge o tema das relações entre Sudão e Sudão do Sul, dois países ligados por um passado histórico comum e pela geografia do continente africano, mas separados por divisões étnicas, culturais e religiosas que coincidiram com as distintas relações políticas e económicas desenvolvidas entre o norte e o sul. Partindo de uma análise histórica, numa perspetiva de longa-duração, foi possível demonstrar como estas duas nações possuem fortes raízes ancestrais que

sempre as dividiram, e que acabam inevitavelmente por determinar o contexto atual de ambos os países. Desde a presença estrangeira de otomanos, egípcios e britânicos, passando por intensas cisões político-partidárias, golpes de Estado, ditaduras militares e culminando em guerras civis, o Sudão e o Sudão do Sul são exemplos claros de complexas relações bilaterais interestaduais. Na prática, apesar das várias questões que levaram à sua separação em duas entidades autónomas no plano do Direito Internacional, nomeadamente a marginalização política e económico-social do sul em detrimento do norte, apontámos o petróleo e as fronteiras como pontos fraturantes primordiais.

Como se procurou evidenciar, as regiões fronteiriças, como Abyei, o Cordofão do Sul e o Nilo Azul, simultaneamente zonas de grande riqueza em reservas petrolíferas, constituem-se as razões primordiais de choque, pelo seu interesse económico, sendo alvo do desejo tanto das autoridades de Cartum, como das de Juba. As relações de interdependência permanecem e é importante que os dois países implementem eficazmente os acordos da fase pós-secessão (2012) de forma a poderem tirar benefícios mútuos das suas relações nas esferas políticas, económicas e securitárias. A tensão que se faz sentir nas fronteiras e as fortes pressões económicas externas, nomeadamente de cariz sancionatório, continuam a marcar a atualidade, condicionando diretamente o seu relacionamento. Nesse sentido, a persistência de conflitos bilaterais poderá levar à desestabilização da sua situação interna que por si só já se encontra frágil.

Finalmente, penso que correspondo genericamente aos objetivos propostos pela Direção de Serviços da África Subsariana e pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, esforçando-me por desempenhar positivamente as tarefas atribuídas dentro das minhas competências. Acredito que o meu contributo tenha sido benéfico não só para a Direção de Serviços da África Subsariana, mas também para a conclusão do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais no qual me insiro. Em jeito de conclusão, resta-me agradecer a oportunidade que me foi dada para estagiar no Ministério dos Negócios Estrangeiros, agradecendo a todos os profissionais com quem tive o gosto de trabalhar e que me possibilitaram o realizar do estágio a que me propus, proporcionando-me um conhecimento mais específico dentro da minha área de estudos, fator fundamental não só para o meu desenvolvimento profissional, como também pessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras e Artigos Consultados

BELLONI, Roberto, “The Birth of South Sudan and the Challenges of Statebuilding” in *Ethnopolitics: Formerly Global Review of Ethnopolitics*, Vol.10, Issue. 3-4, Routledge, London, 2011.

BREIDLID, Anders; SAID, Avelino Androga; BREIDLID, Astrid Kristina, *A Concise History of Sudan*, Fountain Publishers, Oxford, 2014.

COLLINS, Robert, *A History of Modern Sudan*, Cambridge University Press, Cambridge, 2008.

COPNALL, James, *A Poisonous Thorn in Our Heart, Sudan and South Sudan's Bitter and Incomplete Divorce*, Hurst Publishers, London, 2014.

CÔRTE-REAL, Manuel H., *O Palácio das Necessidades*, Chaves Ferreira Publicações, Lisboa, 2000.

CUBER, Gabriella Fernandes, *Operações de Paz e a Responsabilidade ao Proteger: o caso do Sudão do Sul*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014.

DALY, M.W., *Imperial Sudan: The Anglo-Egyptian Condominium, 1934-1956*, Cambridge University Press, Cambridge, 2002.

FREITAS, Jeane Silva de, “Cruzando as Fronteiras: causas e consequências dos refugiados no Sudão do Sul” in *Revista Política Hoje*, vol. 22, nº 2, CFCH, Paraíba, 2013.

GRIFFITHS, Martin, O'CALLAGHAN, Terry, ROACH, Steven, *International Relations: The Key Concepts*, 3º edition, Routledge, New York, 2014.

GUIMARÃES, Samara, Dantas Palmeira, *O papel do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) na construção do governo da República do Sudão do Sul*, Dissertação de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

HESPANHA, António Manuel (coord.), *História de Portugal*, vol. 4, *O Antigo Regime*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

IBRAHIM, Hassan Ahmed, “Política e Nacionalismo no Nordeste de África, 1919-1935” in *História Geral da África*, vol. VII, África sob dominação colonial, 1880-1935, BOAHEN, Albert Adu (org.), UNESCO, Brasília, 2010.

JOHNSON, Douglas H, “New Sudan or South Sudan? The Multiple Meanings of Self-Determination” in *Civil Wars*, vol. 15, No. 2, Routledge, London, 2013.

KOROBTCHENKO, Júlia, *A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra: A instituição, os instrumentos e os homens (1736-1756)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna, FLUL, Lisboa, 2011.

LYMAN, Princeton N., “Sudan-South Sudan: The Unfinished Tasks” in *American Foreign Policy Interests: The Journal of the National Committee on American Foreign Policy*, volume 35, nº 6, Routledge, USA, 2013.

MCNAMEE, Terence, *The First crack in Africa’s map? Secession and Self-Determination after South Sudan*, The Brenthurst Foundation, Discussion Paper 2012/01.

ROLLO, M^a Fernanda; ROSAS, Fernando (org.), *História da Primeira República Portuguesa*, Tinta-da-China, 2010.

ROSAS, Fernando (org.), *História de Portugal*, vol. 7, *O Estado Novo (1926-1974)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998.

RYLE, John; WILLIS, Justin; BALDO, Suliman; JOK, Jok Madut, *The Sudan Handbook*, The Rift Valley Institute, London, 2011.

SALMAN, Salman M.A., “The Abyei territorial dispute between North and South Sudan: Why has its resolution proven difficult?” in *Land and post-conflict peacebuilding*, Earthscan, London, 2013.

SANTOS, Luís, *A arquitetura de paz e segurança africana*, Fundação Alexandre de Gusmão, Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2011.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Política externa e política interna no Portugal de 1890: O Ultimatum inglês” in *Análise Social*, vol. XXIII (98), ICS, Lisboa, 1987.

TELO, António, *História Contemporânea de Portugal*, vol. II, *Do 25 de Abril à actualidade*, Editorial Presença, Lisboa, 2008.

WILLIAMSON, Richard, “The Role of the United States in Sudan at a Moment of Peril and Opportunities” in *American Foreign Policy Interest: The Journal of the*

National Committee on American Foreign Policy, vol. 33, Issue 1, Routledge, London, 2011.

Leis, Portarias e Decretos

Decreto-Lei nº 121/2011 in *Diário da República*, 1.^a série, nº 249 de 29 de dezembro de 2011.

Portaria nº31/2012 in *Diário da República*, 1.^a série, nº 22 de 31 de janeiro de 2012.

Lei n.º 29/2015 in *Diário da República*, 1.^a série, N.º 74 de 16 de abril de 2015.

WEBGRAFIA

AA.VV., *Concordis International Sudan Report - More than a line: Sudan's North-South Border*, edição online, 2010. [Consultado em <http://www.usip.org/sites/default/files/Grants-Fellows/GrantsDownloadsNotApps/More%20than%20a%20line,%20Sudan's%20N-S%20border,%20092010.pdf> a 30 de agosto de 2015]

Agência de Informação de Moçambique, *Sudão e Sudão do Sul assinam acordo para implementar plano do ACP*, Moçambique, 2013. [Consultado em <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/715613032013123201.html> a 19 de agosto de 2015]

Agreement between the Government of the Republic of South Sudan and the Government of the Republic of the Sudan on Oil and Related Economic Matters. [Consultado em http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SD%20SS_120927_Agreement%20on%20oil%20and%20related%20economic%20matters.pdf a 20 de agosto de 2015].

Agência Lusa, “ONU exige que líder do Sudão do Sul retire reservas a acordo de paz com rebeldes” in Observador, 26 de agosto de 2015. [Consultado em <http://observador.pt/2015/08/26/onu-exige-que-lider-do-sudao-do-sul-retire-reservas-a-acordo-de-paz-com-rebeldes/> a 29 de agosto de 2015]

A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. [Consultado em <http://www.arqnet.pt/exercito/secretaria.html> a 5 de agosto de 2015.]

Comissão Nacional da UNESCO. [Consultado em <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-cnu/sobre-a-cnu> a 23 de agosto de 2015.]

¹ CORREIA, José Manuel, “Sudão do Sul- A Longa Espera”, in *Segurança em África*, Revista do Instituto de Defesa Nacional (IDN), nº131, 2012. [Consultado em http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/7663/1/NeD131_JoseManuelCorreia.pdf a 20 agosto de 2015]

Direção-Geral de Política Externa. [Consultado em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/estrutura-organica/dgpe.aspx> a 26 de julho de 2015.]

“Empresas petrolíferas do Sudão e da Nigéria partilham produção de petróleo” in *Panapress*, Tunísia, 27 de março de 2015. [Consultado em <http://www.panapress.com/Empresas-petroliferas-do-Sudao-e-da-Nigeria-partilham-producao-de-petroleo--3-630429956-45-lang4-index.html> a 30 de agosto de 2015]

GRAWERT, Elke, ANDRA, Christine, *brief 48 - Oil Investment and Conflict in Upper Nile State, South Sudan*, Bonn International Center for Conversion, Germany, 2013. [Consultado em https://www.bicc.de/uploads/tx_bicctools/BICC_brief_48.pdf a 22 de julho de 2015]

História do Ministério dos Negócios Estrangeiros. [Consultado em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/quero-aprender/mne-historia.aspx> a 6 de agosto de 2015.]

KRUMOVA, Kremena, “Acordo sudanês de petróleo, um passo trepidante em direção à paz” in *Epoch Times*, 16 maio de 2013. [Consultado em <https://www.epochtimes.com.br/acordo-sudanes-de-petroleo-um-passo-trepidante-em-direcao-a-paz/#.Vfcdp39Viko> a 20 de junho de 2015]

LEWIS, Kim, “Conflict Stifles South Sudan’s Oil Industry” in *Voice of America*, 13 de julho de 2015. [Consultado em <http://www.voanews.com/content/oil-conflict-revenue-investment-production-instability-sudan-globaldata/2859593.html> a 20 de agosto de 2015]

Objetivos do Mestrado em CPRI no «Guia de Cursos» da Universidade Nova de Lisboa. [Consultado em http://www.unl.pt/guia/2012/fcsh/UNLGI_getCurso?curso=4209 a 15 de agosto de 2015.]

OTTAWAY, Marina; EL-SADANY, Mai, “Sudan: From Conflict to Conflict” in *The Carnegie Papers*, Carnegie: Endowment for International, Washington DC, 2012. [Consultado em http://carnegieendowment.org/files/sudan_conflict.pdf a 20 de julho de 2015.]

“Receitas petrolíferas baixam no Sudão do Sul por guerra e queda de preços” in *Panapress*, 4 de janeiro de 2015. [Consultado em <http://www.panapress.com/Receitas-petroliferas-baixam-no-Sudao-do-Sul-por-guerra-e-queda-de-precos--3-630417464-45-lang4-index.html> a 20 de agosto de 2015]

Results for the Referendum of Southern Sudan. [Consultado em <http://southernsudan2011.com/> a 18 de agosto de 2015]

RIBEIRO, João R. “*Sudão do Sul: o mais novo país do mundo já é um Estado falhado*” in *Público*, 29 de Junho de 2015 [Consultado em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/sudao-do-sul-o-mais-novo-pais-do-mundo-ja-e-um-estado-falhado-1700386> a 7 de julho de 2015].

ROCHA, João Manuel, “Omar al-Bashir reeleito no Sudão em eleições boicotadas” in *O Público*, 27 de Abril de 2015, edição *online*. [Consultado em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/omar-albashir-reeleito-no-sudao-em-eleicoes-boicotadas-pela-oposicao-1693782> a 1 de Setembro de 2015]

S.A. (Agência Lusa), “Portugal e Cabo Verde assinam 11 instrumentos de cooperação na III cimeira.” in *RTP Notícias*, 17 de Dezembro de 2014. [Consultado em http://www.rtp.pt/noticias/politica/portugal-e-cabo-verde-assinam-11-instrumentos-de-cooperacao-na-iii-cimeira_n790707 a 24 de agosto de 2015.]

SOLOMON, Daniel, *Year of a Nation – South Sudan’s Independence: a compendium of pieces from e-International Relations*, Revising Our Strategic Outlook in the Two Sudans, Series editor: Al McKay, 2012. [Consultado em <http://www.e-ir.info/wp-content/uploads/Sudan-publication.pdf> a 25 de julho de 2015]

“South Sudan’s loan requests to oil companies rebuffed” in *Radio Tamazuj*, Juba, 25 de agosto de 2015. [Consultado em <https://radiotamazuj.org/en/article/south-sudan%E2%80%99s-loan-requests-oil-companies-rebuffed> a 10 de setembro de 2015]

“Sudan announces new partnership with China in oil, gas fields” in *China Daily.com*, 9 de setembro de 2015 [Consultado em http://www.chinadaily.com.cn/business/2015-09/09/content_21831882.htm a 14 de setembro de 2015]

“Sudan and South Sudan’s Merging Conflicts”, *Crisis Group Africa Report N° 223*, Brussels, 29 January 2015. [Consultado em <http://www.crisisgroup.org/~media/Files/africa/horn-of-africa/south%20sudan/223-sudan-and-south-sudan-s-merging-conflicts.pdf> a 30 de agosto de 2015]

Sudão do Sul é o país mais novo do mundo. [Consultado em http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=1902458 a 20 de julho de 2015]

“Sudão explora primeiro poço de petróleo em Darfur” in *Panapress*, Tunísia, 18 de março de 2015. [Consultado em <http://www.panapress.com/Sudao-explora-primeiro-poco-de-petroleo-em-Darfur--3-630428529-45-lang4-index.html> a 30 de agosto de 2015]

“Sudan’s national dialogue conference to start in October” in *Radio Tamazuj*, Cartum, 8 de agosto de 2015. [Consultado em <https://radiotamazuj.org/en/article/sudans-national-dialogue-conference-start-october> a 5 de setembro de 2015]

The 14-Mile Area, Human Security Baseline Assessment for Sudan and South Sudan. [Consultado em <http://www.smallarmssurveysudan.org/facts-figures/borderdisputed-areas/14-mile-area.html> a 20 de agosto de 2015]

The Transitional Constitution of the Republic of South Sudan, 9 de julho de 2011, art. 1 (2). [Consultado em http://www.sudantribune.com/IMG/pdf/The_Draft_Transitional_Constitution_of_the_R_OSS2-2.pdf a 23 de julho de 2015]

The World Fact Book in *Central Intelligence Agency*. [Consultado em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/su.html> a 30 de agosto de 2015]

The World Fact Book in *Central Intelligence Agency*. [Consultado em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/od.html> a 30 de agosto de 2015]

TYNSLEY, Rebeca, “Premature Adulation in Sudan” in *Year One of a Nation: South Sudan’s Independence, e-International Relations*, edição online 2012. [Consultado em <http://www.e-ir.info/wp-content/uploads/Sudan-publication.pdf> a 24 de agosto de 2015]

“UE concede 4 milhões de euros de ajuda humanitária ao Sudão” in *Panapress*, Cartum, 22 de julho de 2015. [Consultado em <http://www.panapress.com/UE-concede-4-milhoes-de-euros-de-ajuda-humanitaria-ao-Sudao---3-630446318-51-lang4-index.html> a 3 de setembro de 2015]

United Nations Mission in the Republic of South Sudan, *Attacks on Civilians in Bentiu & Bor April 2014*, 9 January 2015. [Consultado em http://www.ohchr.org/Documents/Countries/SS/UNMISS_HRDJanuary2015.pdf a 25 de julho de 2015]

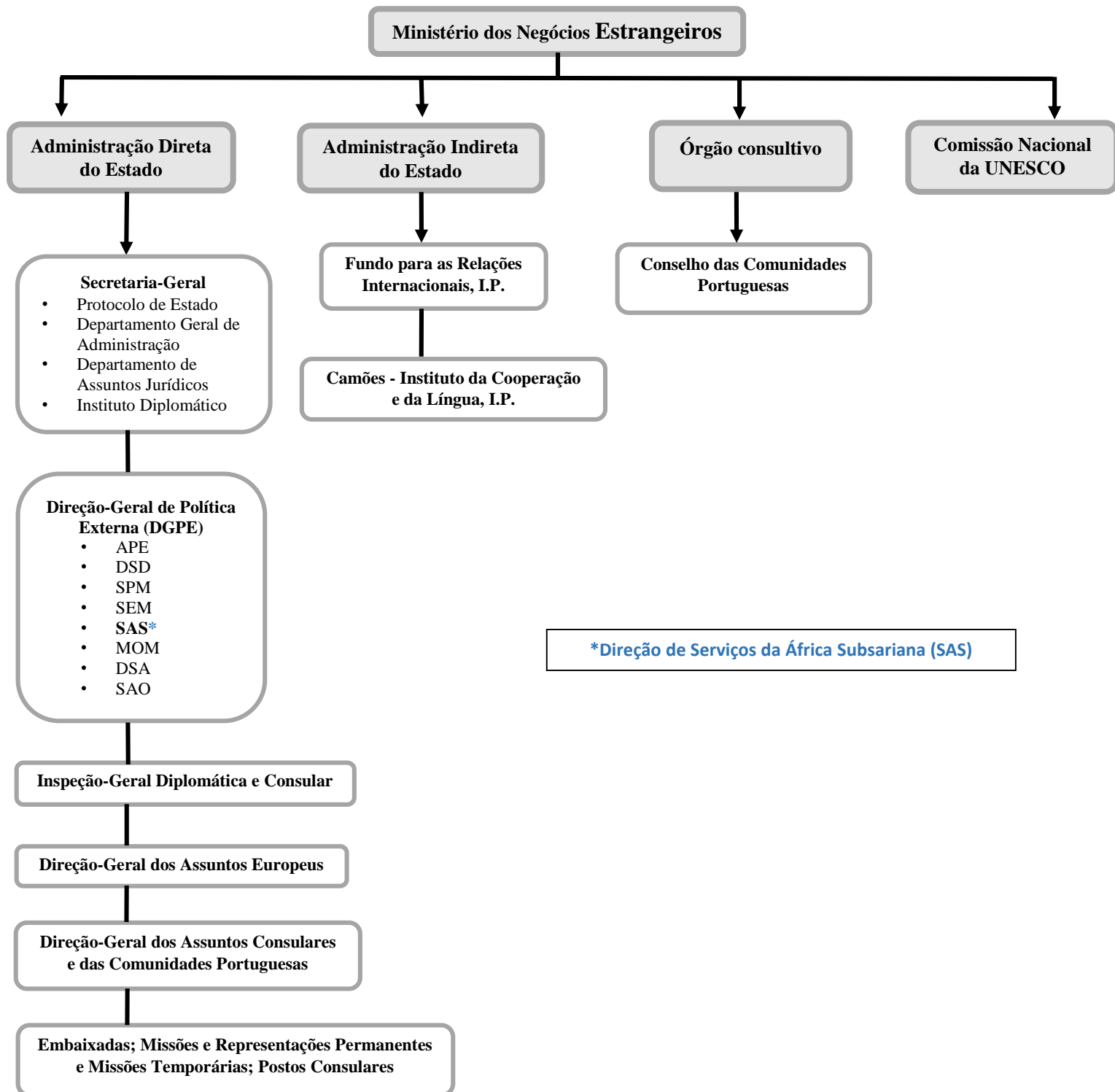
VERHOEVEN, Harry, “Understanding the Implications of South Sudan’s Independence” in *Year of a Nation – South Sudan’s Independence: a compendium of pieces from e-International Relations*, 2012. [Consultado em <http://reliefweb.int/report/south-sudan-republic/year-one-nation-south-sudan-s-independence-compendium-pieces-e> a 20 de agosto de 2015]

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Estrutura Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros durante o XIX Governo Constitucional.....	60
Anexo 2: Exemplo de Ficha Síntese.....	61
Anexo 3: Exemplo de guião para elaboração de Notas Biográficas.....	64
Anexo 4: Mapa dos principais grupos étnicos e sua divisão territorial nos dois países...65	
Anexo 5: Mapa da República do Sudão antes da divisão entre Sudão e Sudão do Sul (fronteiras de 1956)	66
Anexo 6: Mapa das concessões para exploração do petróleo e oleodutos que circulam até Marsa Bashayir (2008)	67
Anexo 7: Mapa da rede petrolífera do Sudão e Sudão do Sul.....	68
Anexo 8: Áreas disputadas no <i>North-South Technical Border Committee</i>	69
Anexo 9: Fronteira de Abyei proposta pelo Governo do Sudão.....	70
Anexo 10: Reivindicações territoriais em Abyei (2012).....	71
Anexo 11: Mapa da República do Sudão.....	72
Anexo 12: Mapa da República do Sudão do Sul.....	73

ANEXOS

Anexo 1: Estrutura Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros durante o XIX Governo Constitucional



Anexo 2: Exemplo de Ficha Síntese

(bandeira do país)

Nome do país

- PRINCIPAIS DADOS -

(mapa)

Indicadores políticos				
Forma de Governo				
Chefe de Estado				
Poder Executivo				
Chefe de Governo				
Ministro dos Negócios Estrangeiros				
Poder legislativo				
-Resultados eleitorais				
- Próximas eleições				
Principais partidos políticos				
Principais Organizações Internacionais de que faz parte				
Indicadores socioeconómicos				
Área				
População				
Esperança média de vida				
Índice Desenvolvimento Humano PNUD 2014				
PIB 2013 est. (mil milhões USD)				
PIB per capita 2013 est. (USD)				
Literacia				
Despesas com Educação				
Despesas Militares				
Evolução dos indicadores	2012	2013	2014	2015 (est.)
Crescimento PIB (real)				
Défice orçamental (% do PIB)				
Dívida pública (% do PIB)				
Dívida externa (% do PIB)				

Taxa de inflação				
Taxa de desemprego				
Competitividade (GCI 2014-2015)				
Transparência (CPI 2014)				
Ambiente de Negócios – BM (2015)				
Índice Ibrahim de Governança Africana (2014)				
Relações Comerciais do país X				
Quota mundial exportações (2013 est. USD)				
Quota mundial importações (2013 est. USD)				
Saldo da Balança Corrente (MUSD 2013 est.)				
Principais clientes (quotas) (2012)				
Principais fornecedores (quotas) (2012)				
IDE recebido (2012)				
IDE realizado (2012)				
Principais recursos				
Relações Comerciais do país X com Portugal				
	2011	2012	2013	2014
Exportações bens (milhares EUR)				
Exportações serviços (milhares EUR)				
Importação bens (milhares EUR)				
Importação serviços (milhares EUR)				
Saldo comercial (milhares EUR)				
Principais exportações (2013)				
Principais importações (2013)				
Intensidade tecnológica (2013)	Alta	Média-Alta	Média-Baixa	Baixa
Exportações				
Importações				
Principais empresas portuguesas no país X				
Relações Diplomáticas				

Embaixadores acreditados	
Últimas visitas oficiais	
Comunidade portuguesa residente no país X (2013)	
Comunidade do país X residente em Portugal (2012)	
Montante de Ajuda Pública ao Desenvolvimento – 2010-2013 (Milhares EUR)	

Anexo 3: exemplo de guião para elaboração de Notas Biográficas

Nota Biográfica

(Cargo e país)

(Nome)

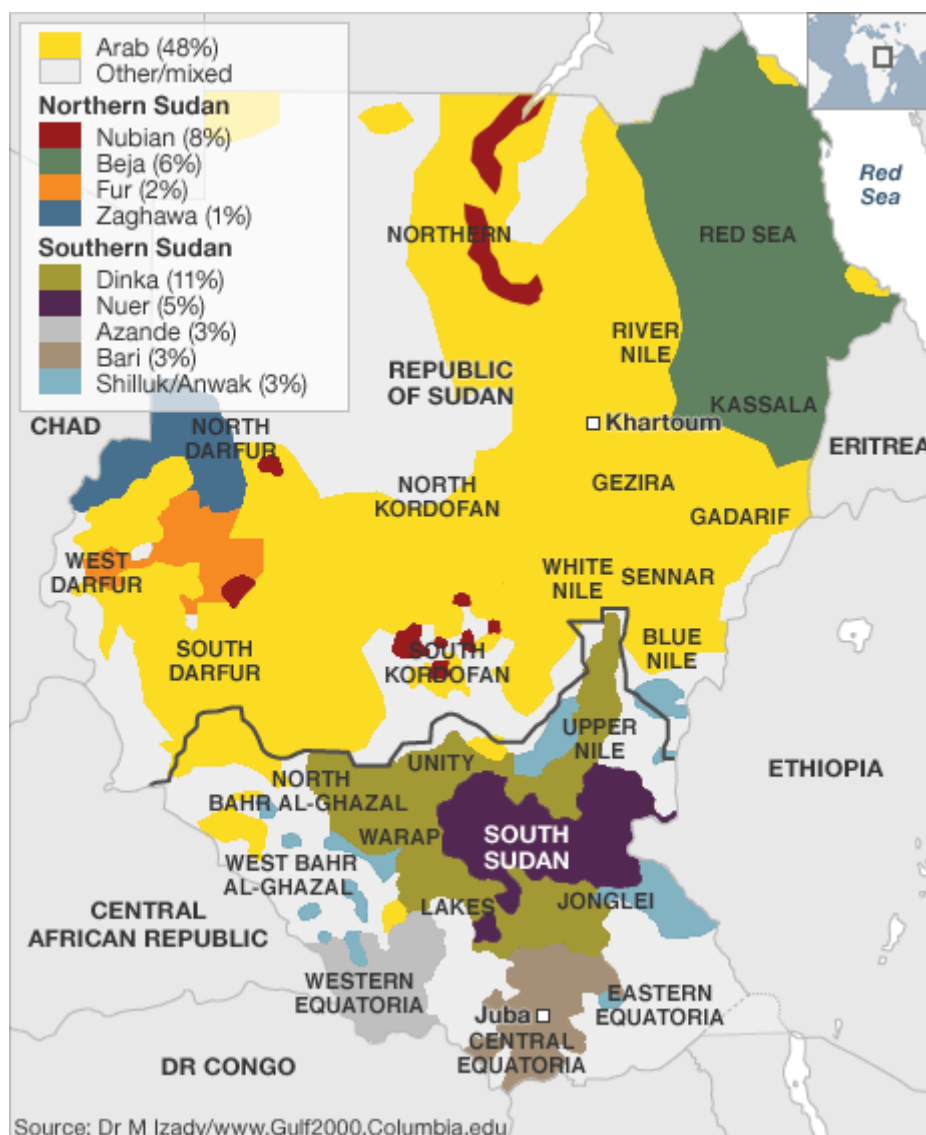
(fotografia)

(Dados pessoais)

(Percurso académico)

(Percurso profissional e político)

Anexo 4: Mapa dos principais grupos étnicos e sua divisão territorial nos dois países



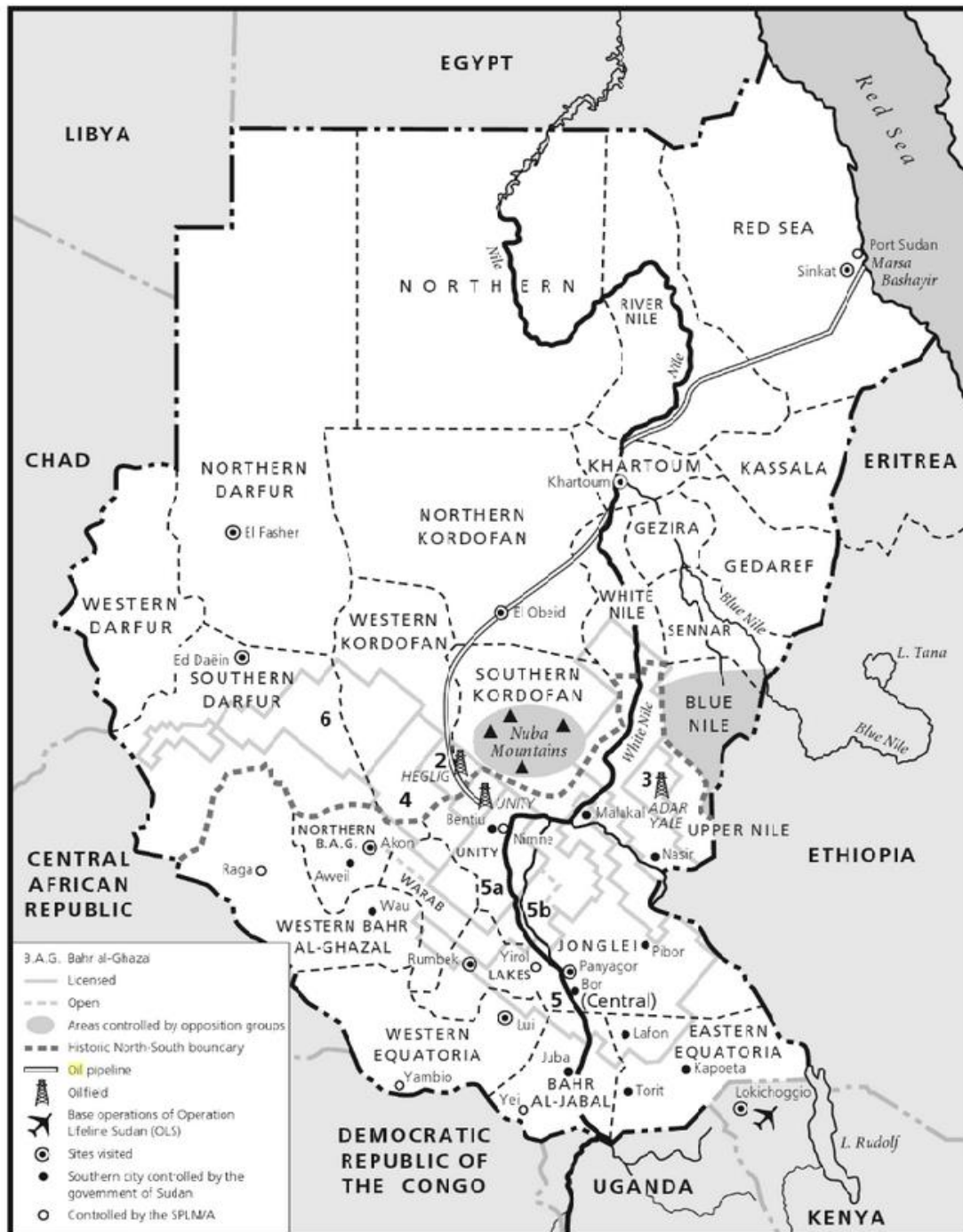
Fonte: Dr. M. Izady. [Consultado em www.Gulf2000.Columbia.edu/maps.shtml a 20 de agosto de 2015]

Anexo 5: Mapa da República do Sudão antes da divisão entre Sudão e Sudão do Sul (fronteira de 1956)



Fonte: SALMAN, Salman M.A., "The Abyei territorial dispute between North and South Sudan: Why has its resolution proven difficult?" in *Land and post-conflict peacebuilding*, Earthscan, London, 2013, p. 27.

Anexo 6: Mapa das concessões para exploração do petróleo e oleodutos que circulam até Marsa Bashayir (2008)



Source: USAID

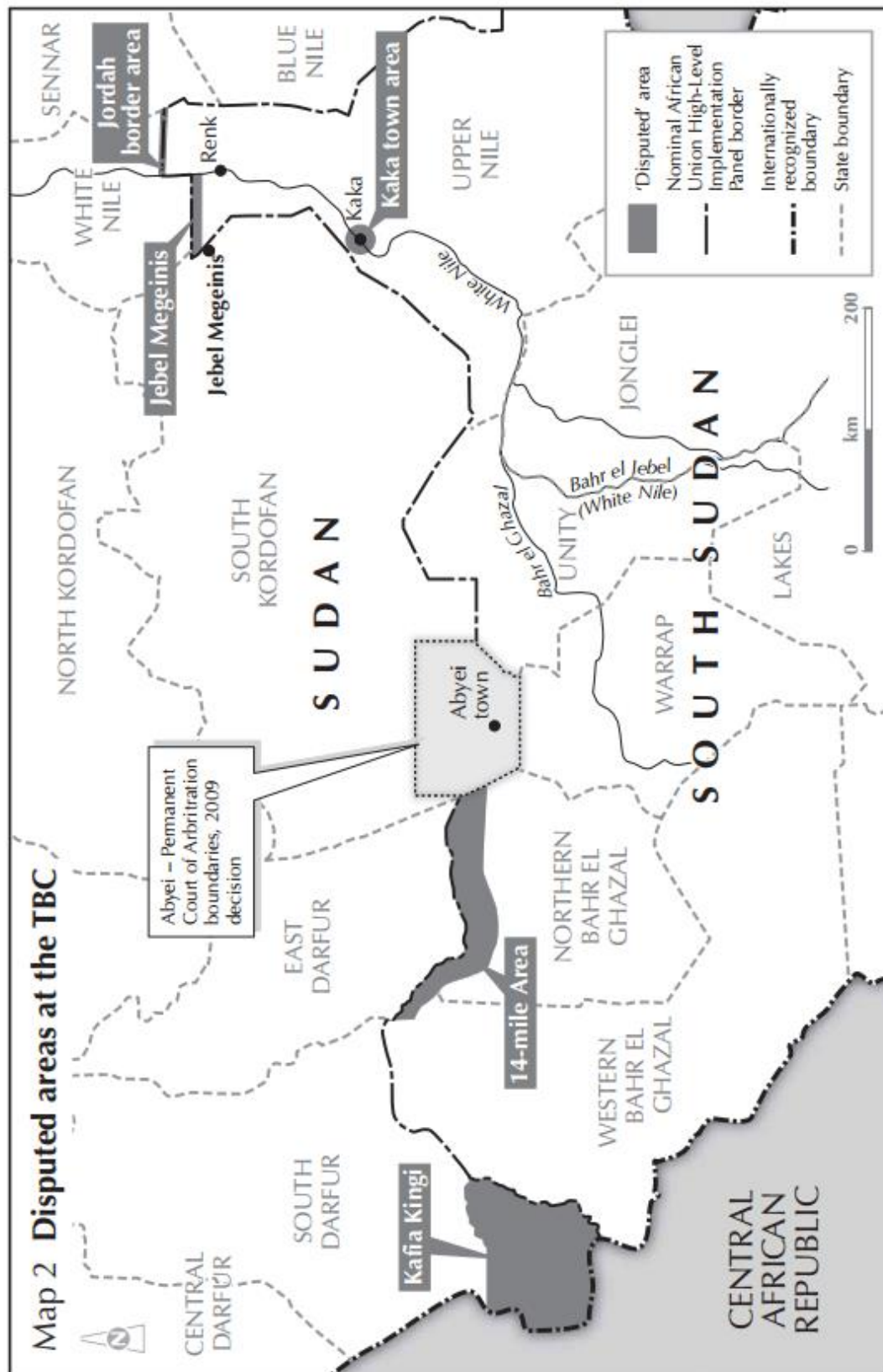
Fonte: COLLINS, Robert, *A History of Modern Sudan*, Cambridge University Press, Cambridge, 2008, p.230.

Anexo 7: Mapa da rede petrolífera do Sudão e Sudão do Sul



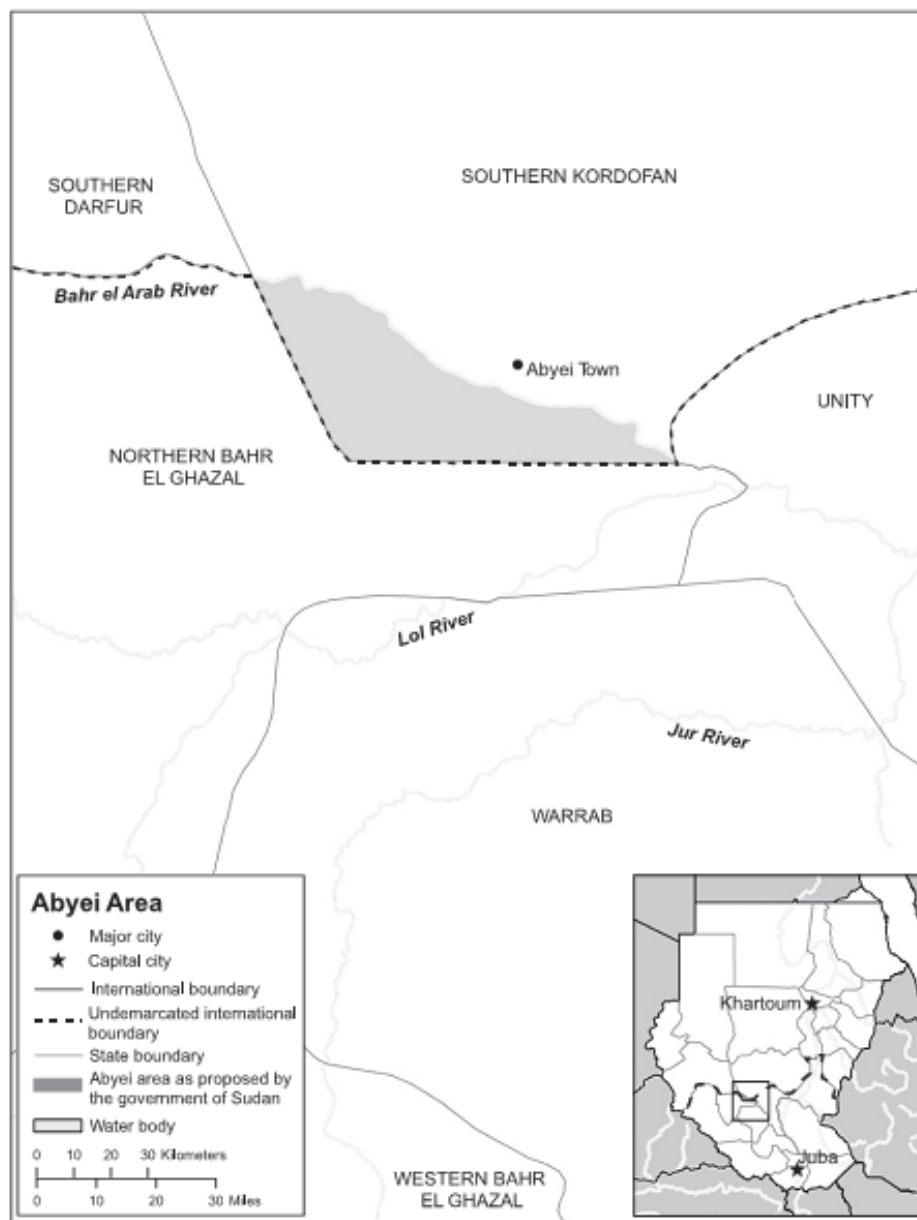
Fonte: MCNAMEE, Terence, *The First crack in Africa's map? Secession and Self-Determination after South Sudan*, The Brenthurst Foundation, Discussion Paper 2012/01, p. 11.

Anexo 8: Áreas disputadas no North-South Technical Border Committee



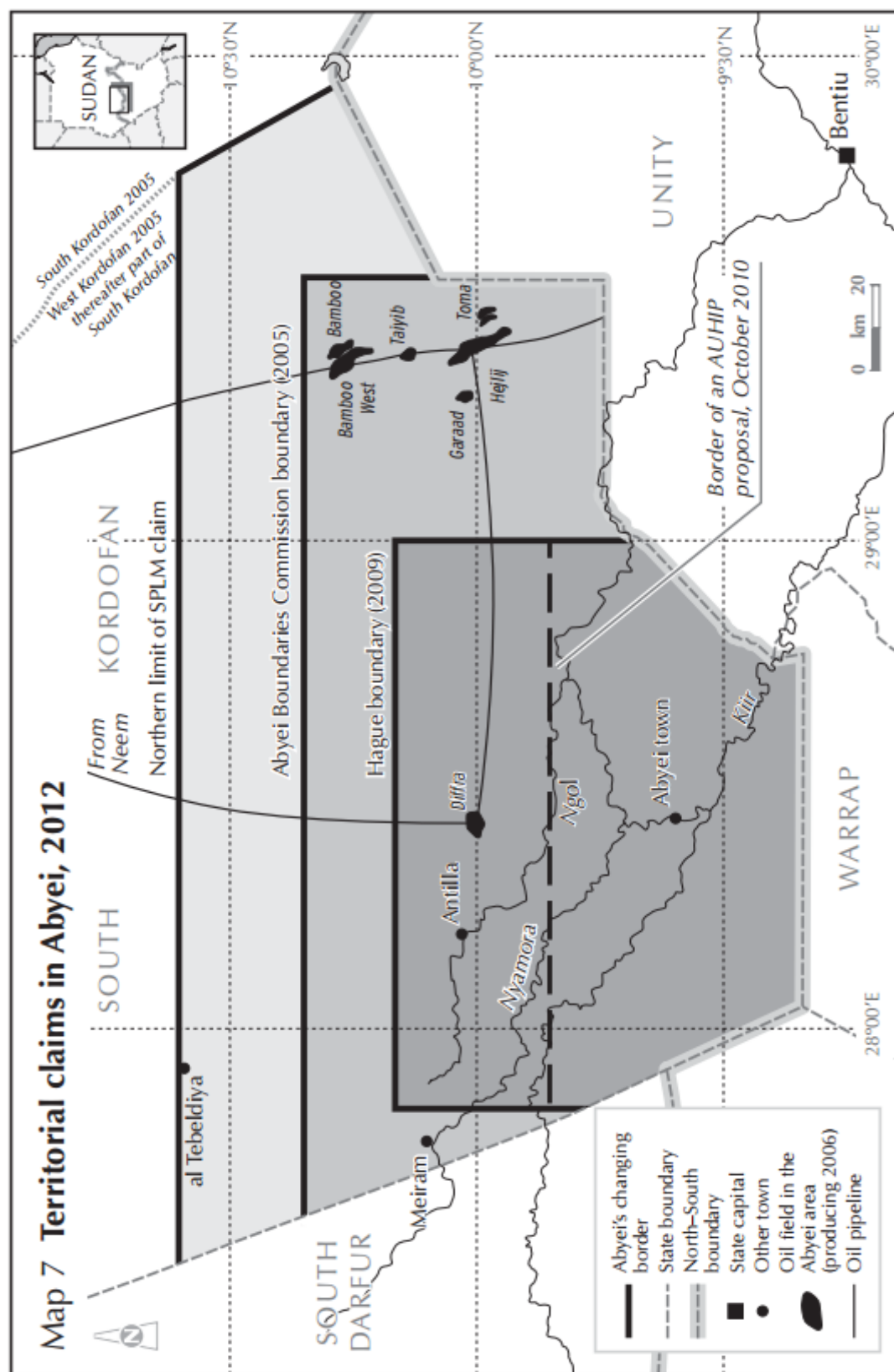
Fonte: CRAZE, Joshua, *Dividing lines: Grazing and conflict along the Sudan – South Sudan border*, Small Arms Survey - Graduate Institute of International and Development Studies, Geneva, 2013, p. 25.

Anexo 9: Fronteira de Abyei proposta pelo Governo do Sudão



Fonte: SALMAN, Salman M.A., "The Abyei territorial dispute between North and South Sudan: Why has its resolution proven difficult?" in *Land and post-conflict peacebuilding*, Earthscan, London, 2013, p. 28.

Anexo 10: Reivindicações territoriais em Abyei (2012)



Fonte: CRAZE, Joshua, *Dividing lines: Grazing and conflict along the Sudan – South Sudan border*, Small Arms Survey - Graduate Institute of International and Development Studies, Geneva, 2013, p. 94.

Anexo 11: Mapa da República do Sudão



Fonte: Geographicguide. [Consultado em <http://www.geographicguide.com/pictures/south-sudan-map.jpg> a 10 de agosto de 2015]

Anexo 12: Mapa da República do Sudão do Sul



Fonte: Geographicguide. [Consultado em <http://www.geographicguide.com/pictures/south-sudan-map.jpg> a 10 de agosto de 2015]